

CONSELHOS

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS
E TURISMO DO ESTADO DE
SÃO PAULO | 31 | JUN/JUL 2015

MÚLTIPLOS INTERESSES

A expansão da rede de lojas **Mundo Verde** não é o único negócio no radar do empresário Carlos Wizard Martins. Ele quer multiplicar franquias de escolas de futebol, em parceria com o ex-jogador Ronaldo, e negocia sociedade com fornecedores de produtos naturais

Análises:

Alessandra Ribeiro, Antonio
Corrêa de Lacerda, Antonio
Lanzana, Luciana Genro, Luiz
Carlos Borges da Silveira,
Norman Baines, Rafael
Bistafa, Renato da Fonseca

R\$ 18,90



VII CONGRESSO FECCOMERCIO DE

CRIMES <eletrônicos>

VOCÊ SABE QUAIS SÃO
OS DIREITOS E DEVERES
DO USUÁRIO DA INTERNET?

O crescimento do mundo virtual traz a constante necessidade de se manter mecanismos de defesas atualizados, bem como desperta um sentimento de insegurança do usuário, que quase sempre se sente desprotegido.

Com o objetivo de promover e ampliar o debate sobre esse assunto, a FecomercioSP te convida para o **VII Congresso Fecomercio de Crimes Eletrônicos**.

A discussão traz os maiores especialistas da área para tratar de temas como privacidade, dados do setor bancário, perfil do hacker brasileiro, direitos, e-commerce, entre outros.

Venha participar e conhecer um pouco mais sobre o mundo virtual.

18 e 19.8.2015
9H às 18H

CONFIRME SUA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DO RSVP:
TEL. (11) 2626-0538
E-MAIL CRIMES@EVENTAR.COM.BR

FecomercioSP

R. Doutor Plínio Barreto, 285
Bela Vista – São Paulo – SP



DESTAQUES

Aspas desta edição



VÁRIOS PAÍSES QUE ADOTARAM
A TRIBUTAÇÃO TERMINARAM
POR ABANDONÁ-LA OU
REDUZI-LA, POIS NÃO TROUXE
OS BENEFÍCIOS ESPERADOS

IVES GANDRA MARTINS,
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DE DIREITO DA FECOMERCIO-SP [pg. 96]

A INDÚSTRIA BRASILEIRA É
COMPLETAMENTE HETEROGÊNEA.
TEMOS EMPRESAS DE PRIMEIRO
MUNDO COMPETINDO COM
OUTRAS QUE TÊM BAIXO RITMO
DE PRODUÇÃO

RENATO DA FONSECA,
GERENTE DE PESQUISA E
COMPETITIVIDADE DA CNI [pg. 81]

NÃO PRECISAMOS ESPERAR
A REGULAMENTAÇÃO
DO MARCO CIVIL DA INTERNET
PARA COLOCAR A EDUCAÇÃO
DIGITAL NAS ESCOLAS

RONY VAINZOF,
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO
DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DA FECOMERCIO-SP [pg. 20]

EXPEDIENTE

FECOMERCIO-SP

PRESIDENTE Abram Szajman
DIRETOR-EXECUTIVO Antonio Carlos Borges
CONSELHO EDITORIAL Ives Gandra Martins,
Jorge Duarte, José Goldemberg, Renato Opice Blum,
José Pastore, Pedro Guasti, Antonio Carlos Borges

TUTU

DIRETOR DE CONTEÚDO André Rocha EDITORA Marleineide
Marques REPÓRTERES Filipe Lopes, Rachel Cardoso e Raíza Dias
ESTAGIÁRIA Priscila Oliveira REVISÃO Flávia Marques,
Luisa Soler e Paulo Teixeira FOTOS Ciete Silvério, Eugênio Goulart
e Rubens Chiri

JORNALISTA RESPONSÁVEL André Rocha MTB 45 653/SP

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Antonio Lanzana, Fabíola Perez,
Ives Gandra Martins, Luiz Carlos Borges da Silveira e Roberta Prescott

EDITORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo
CHEFE DE ARTE Carolina Lusser DESIGNERS Renata Lauletta
e Laís Brevilheri ASSISTENTES DE ARTE Paula Seco, Raísa
Almeida e Vitória Bernardes ESTAGIÁRIO Yuri Miyoshi

IMPRESSÃO Pancrom Indústria Gráfica
TIRAGEM 15 mil exemplares

FALE COM A GENTE conselhos@fecomercio.com.br

EXECUTIVA DE NEGÓCIOS (11) 3170-1571 | 96861-9767
Natalie Kardos: natalie.kardos@agenciatutu.com.br

REDAÇÃO Rua Itapeva, 26, 11º andar.
Bela Vista – CEP 01332-000 São Paulo/SP | tel.: (11) 3170-1571

Senac Sesc FECOMERCIO 

Aqui tem a força do comércio

SUMÁRIO

CARLOS WIZARD MARTINS

Entrevista com o presidente da Mundo Verde

08

EDUCAÇÃO DIGITAL

Apesar de a lei prever educação digital nas escolas, norma não é realidade em São Paulo

18

DÓLAR EM ALTA

Valorização da moeda americana vai muito além do cenário nacional e impõe desafios, mas também vislumbra oportunidades

28

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUA DIREÇÃO

Ives Gandra Martins

36

CINCO PERGUNTAS

Para Guga Chacra

40

CUIDANDO DO FUTURO

Depois dos Objetivos do Milênio, o mundo começa a discutir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

44

PARA USAR E PARA VENDER

Autogeradores de energia venderão excedente ao Sistema Integrado Nacional

54

NORMAN BAINES

Entrevista com o diretor-geral da Starbucks no Brasil

64

ECONOMIA DE MERCADO

Luiz Carlos Borges da Silveira

72

CHAVE PARA O CRESCIMENTO

A baixa produtividade compromete a retomada econômica

78

MUITO ALÉM DO AJUSTE FISCAL

Antonio Lanzana

86

TAXAÇÃO DE FORTUNAS

Mecanismos de tributação dos mais ricos divide opiniões

90





PARCERIA NECESSÁRIA

Abram Szajman,
presidente da Federação
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo do Estado
de São Paulo, entidade gestora
do Sesc-SP e do Senac-SP

Empreendedores de sucesso têm uma série de características em comum, independentemente do ramo de negócio. São traços como autodeeterminação, coragem e capacidades de planejamento e de reunir pessoas comprometidas em torno de si. Pessoas assim não adiam planos à espera do melhor momento para investir.

Carlos Wizard Martins reúne todos esses aspectos. É o tipo de pessoa para quem a crise não é argumento. Tanto é assim que ele criou em 1987, em pleno Plano Cruzado, aquela que viria a ser a maior rede de ensino de idiomas do País, a Wizard, posteriormente vendida para o grupo britânico Pearson por quase R\$ 2 bilhões.

Martins até anunciou um período sabático, mas a veia empreendedora falou mais forte. A oportunidade de adquirir a rede de lojas Mundo Verde o trouxe de volta à arena dos negócios. Agora, ele se aventura em um novo segmento (escolas de futebol), mas com um modelo de negócio já conhecido: a franquia.

Nas próximas páginas, Martins fala do sucesso e dos desafios para se empreender no Brasil. Entre os desafios, está um tema muito presente quando se discute os gargalos do País: a baixa produtividade. O ritmo de produção permanece estagnado no Brasil há anos e é certo que ganhos de produtividade são a chave para a volta do crescimento, porém, não há sinais de que isso vá ocorrer a curto prazo.

Experiências internacionais mostram que a educação é fator determinante para que um país produza mais com menos. É preciso também melhorar o ambiente de negócios, reduzir a burocracia e incentivar a inovação e o uso de tecnologias disruptivas, todas medidas que exigem elevado grau de comprometimento do governo. A história de Carlos Wizard Martins ilustra que os empresários brasileiros vêm fazendo a parte deles, contudo, não podem permanecer sozinhos nessa jornada. [&]

“ALGUNS CONCEITOS DO SETOR DE FRANQUIAS SE APLICAM A TODOS OS SEGMENTOS”

Empreendedor nato, o empresário Carlos Wizard Martins elege novos interesses além da cadeia de lojas de produtos naturais **Mundo Verde**, adquirida depois que ele vendeu a rede de idiomas Wizard por R\$ 2 bilhões. Martins quer participação acionária nos maiores fornecedores do Mundo Verde e fechou parceria com o ex-jogador Ronaldo para montar franquias de escolas de futebol.

TEXTO **MARINEIDE MARQUES**

FOTOS **RUBENS CHIRI**



ENTREVISTA

Carlos Wizard Martins, presidente do Mundo Verde

Ele é objetivo, didático e racional – características que fizeram de Carlos Wizard Martins não só um professor de sucesso, como também um empresário vencedor. Ele começou a dar aulas de inglês em casa, fundou a rede de idiomas Wizard e a transformou em um fenômeno do setor de franquias. Agora, quer repetir a experiência com a cadeia de lojas **Mundo Verde**, cuja expansão está fortemente concentrada no Estado de São Paulo. A meta é passar das atuais 335 lojas para 650 em todo o Brasil até 2018. “O Mundo Verde tem um potencial maravilhoso porque a população brasileira está cada vez mais consciente da necessidade de uma reeducação alimentar e busca qualidade de vida”, diz Martins. Em entrevista à **Conselhos**, ele discorre sobre os planos de crescimento para o Mundo Verde, relata que está em negociação com os principais fornecedores para adquirir participação acionária nessas empresas e detalha o negócio com o ex-jogador Ronaldo para expandir a Ronaldo Academy no Brasil e nos Estados Unidos. Ele também fala sobre empreendedorismo, diz que a falta de planejamento financeiro é responsável pelo fracasso de muitos negócios e aponta o conformismo como inimigo do sucesso. “Muita gente aceita a pobreza como uma condição permanente”, afirma Martins, que atribui o triunfo pessoal à formação religiosa mórmon.

FORAM 25 ANOS À FRENTE DA WIZARD. QUE LIÇÕES TIROU DO SETOR DE FRANQUIAS?

Eu aprendi grandes lições. A primeira foi que o setor de *franchising* é a maneira mais segura e rentável para se abrir um negócio próprio porque trabalha com um produto ou serviço já testado e reconhecido pelo mercado. Além disso, o franqueado recebe uma série de treinamentos, consultoria e assessoria, ou seja, um apoio que ele não teria se empreendesse sozinho. A segunda lição é que, para vencer, a pessoa precisa se identificar com o produto ou serviço e ficar à frente do negócio. Terceira: o empreendedor precisa formar uma equipe de campeões, pessoas comprometidas com o sucesso do seu negócio, de forma que o sonho individual se transforme em um sonho coletivo. E, por último: é necessário administrar muito bem as finanças.

O EMPREENDEDOR BRASILEIRO ADMINISTRA MAL AS FINANÇAS?

Infelizmente, boa parte da população brasileira é pobre e existem duas razões para isso: uma emocional e outra racional. A emocional é porque muita gente aceita a pobreza como uma condição permanente. Vence quem é capaz de se projetar, visualizar um novo cenário e pagar o preço para chegar lá. A questão racional é que a maioria dos brasileiros ainda não aprendeu que uma parcela do que ela ganha não lhe pertence; deve ser usada para a formação do patrimônio. Se você nunca garantir uma reserva, nunca terá patrimônio futuro. Se o indivíduo não fizer isso por si mesmo, ninguém o fará por ele.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DESSA RESERVA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS?

É fundamental porque nenhum negócio tem sustentação se não for capaz de gerar caixa para cumprir com os compromissos já assumidos.

“MUITA GENTE
ACEITA A
POBREZA COMO
UMA CONDIÇÃO
PERMANENTE”



COMO SE FORMA UMA EQUIPE CAMPEÃ?

Isso envolve vários aspectos, a começar pelo processo seletivo. Percebi, na prática, que 10% de todas as pessoas contratadas não são bem avaliadas. Elas serão dispensadas porque não se identificam com os valores da empresa, não estão comprometidas e não têm talento ou potencial. Então, é preciso selecionar bem e qualificar, treinar e orientar. Muitos empresários esperam que tão logo a pessoa seja contratada, ela produza resultados. Isso não acontece. É necessário um tempo para ela se adaptar e para assimilar a cultura da empresa, sabendo exatamente quais são as expectativas para o cargo que ocupa.

QUAIS SÃO OS PLANOS DE EXPANSÃO PARA O MUNDO VERDE?

O Mundo Verde tem um potencial maravilhoso porque a população brasileira está cada vez mais consciente da necessidade de uma reeducação alimentar e busca qualidade de vida. Hoje são 335 lojas e pretendemos chegar a 650 em 2018, atingindo R\$ 1 bilhão de faturamento.

TODAS AS LOJAS SÃO FRANQUEADAS. NÃO HÁ PLANOS PARA LOJAS PRÓPRIAS?

Não. Temos uma tradição no setor de franquias, que é justamente o foco no fortalecimento de nossos parceiros franqueados.

GEOGRAFICAMENTE, QUAIS SÃO OS ALVOS PARA EXPANSÃO?

O Mundo Verde nasceu no Rio de Janeiro, Estado que ainda concentra o maior número de lojas, mas a rede está em todo o País. O maior foco para expansão é o interior do Estado de São Paulo, onde há muitas cidades com potencial de consumo e carência de produtos de qualidade.

ENTREVISTA

Carlos Wizard Martins, presidente do Mundo Verde

ENTRE AS MUDANÇAS INSTITUÍDAS PELA NOVA GESTÃO ESTÃO O MAIOR NÚMERO DE PRODUTOS DE MARCA PRÓPRIA E A VENDA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES. ESSAS SÃO AS TENDÊNCIAS?

No passado, somente 10% dos produtos vendidos no Mundo Verde tinham marca própria. Hoje, eles são entre 25% e 30% e pretendemos chegar a 50%. Isso fideliza o cliente e ajuda a divulgar a marca. Para isso, temos um processo constante de qualificação de novos fornecedores, pois a produção é 100% terceirizada. Também queremos aumentar a presença dos suplementos. Nos Estados Unidos, 50% da população consome diariamente algum tipo de suplemento, independentemente da faixa etária. No Brasil, esse percentual é de apenas 5%. Então, há um espaço muito grande para aumentarmos as vendas desses produtos.

A WIZARD CRESCER POR MEIO DE AQUISIÇÕES. A ESTRATÉGIA PODE SE REPETIR COM O MUNDO VERDE?

No setor de educação, tínhamos muitos concorrentes, tanto que, ao longo dos anos, compramos dez empresas. A concorrência é muito pequena no setor de produtos naturais. Para se ter uma ideia, a segunda maior rede tem 30 lojas. A estratégia de aquisição segue em outra direção: quero ter participação societária nos maiores fornecedores. Hoje, temos mais de cem fornecedores que nos abastecem com aproximadamente 3 mil produtos. Estamos selecionando alguns para ter participação.

HÁ PLANOS DE A MARCA SE ESTENDER A OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A BEM-ESTAR E SAÚDE, COMO SPA OU RESTAURANTE?

Nos Estados Unidos e na Europa, onde esse mercado já é bem maduro, existem linhas de cosméticos e artigos de higiene e de uso pes-

“NOS ESTADOS UNIDOS, 50% DA POPULAÇÃO CONSOME DIARIAMENTE ALGUM TIPO DE SUPLEMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA FAIXA ETÁRIA. NO BRASIL, ESSE PORCENTUAL É DE APENAS 5%”



soal baseados em produtos naturais. Acredito nessa tendência, mas, neste momento, não há planos para uma linha de cosméticos. No futuro, porém, não descarto essa possibilidade.

HÁ ALGUMA MARCA NOS ESTADOS UNIDOS OU NA EUROPA NA QUAL VOCÊ SE ESPELHE PARA O MUNDO VERDE?

Nos Estados Unidos existe uma rede chamada Whole Foods, que começou como uma loja de produtos naturais e evoluiu para uma rede de supermercados desses produtos. Entendo que o nosso mercado está engatinhando, mas, quem sabe daqui a dez ou 20 anos não teremos uma rede de supermercados Mundo Verde?

HÁ PLANOS DE LEVAR A MARCA PARA FORA DO BRASIL?

Acho difícil, especialmente nestes anos iniciais. Em primeiro lugar, porque o Brasil tem um potencial gigantesco a ser explorado.

Além disso, antes de abrir uma loja em outro país, é preciso criar uma rede de fornecedores para abastecer o sistema de franquias. Não vejo isso acontecendo a curto prazo.

O QUE É NECESSÁRIO PARA SER UM FRANQUEADO DO MUNDO VERDE?

São exigidos cinco itens. É preciso se identificar com o conceito; ficar à frente do negócio; ter capacidade financeira – ou seja, dinheiro para abrir a loja – e capital de giro para tocar o negócio nos primeiros seis meses, prazo no qual é atingido o ponto de equilíbrio; disposição para seguir regras e orientações do franqueador; e comprometimento com a formação da equipe, afinal, ninguém vence sozinho.

QUAL É O INVESTIMENTO MÍNIMO PARA UMA LOJA MUNDO VERDE?

O valor mínimo é de R\$ 150 mil a R\$ 200 mil, além do capital de giro para os primeiros meses.

ENTREVISTA

Carlos Wizard Martins, presidente do Mundo Verde

COMO VOCÊ AVALIA O POTENCIAL EMPREENDEDOR DO BRASILEIRO?

Pesquisas internacionais identificam o Brasil como um dos países mais empreendedores do planeta. Mas temos duas modalidades de empreendedores: aquele que tem talento, habilidade de empreender e capacidade financeira; e o que chamamos de “empreendedor por necessidade”, aquele que abre o negócio próprio em busca de uma solução para suas vidas financeira e profissional. Muitas vezes, nessa segunda categoria, o empreendedor não se qualifica e não se prepara, o que aumenta a chance de não dar certo.

VOCÊ É AUTOR DO LIVRO *DESPERTE O MILIONÁRIO QUE HÁ EM VOCÊ. O QUE É NECESSÁRIO PARA SER MILIONÁRIO?*

Há três aspectos muito importantes. A pessoa precisa ter o desejo de se tornar vencedora, transformar isso em um projeto comercial capaz de atender ao mercado em grande escala – não pode pensar pequeno – e seguir as regras, princípios e valores de uma vida financeira bem-sucedida. Por que muita gente abre um negócio e vai à falência? Porque não segue as regras financeiras e não sabe administrar as próprias finanças. As pessoas fazem coleção de cartão de crédito e administram os valores pela data de vencimento, sem se preocupar com quanto ganham. Elas não sabem lidar com o próprio dinheiro.

QUANTOS CARTÕES DE CRÉDITO VOCÊ TEM?

Tenho um no Brasil e um no exterior. Não preciso mais do que isso.

NO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO, É HORA DE INVESTIR, APOSTANDO NA RETOMADA DO CRESCIMENTO, OU DE SE RETRAIR?

No livro *Desperte o Milionário que Há em Você*, eu cito sete desculpas usadas pelas pessoas que não vão vencer. Uma delas é que o mo-

“MINHA FORMAÇÃO
RELIGIOSA FOI
DECISIVA PARA O
MEU SUCESSO”



mento não é bom para empreender. Passam-se anos e ela nunca encontra um momento bom para investir. A Wizard nasceu em 1987, em meio ao Plano Cruzado, com uma inflação de 60% ao mês. Qualquer pessoa que abrisse um negócio naquela época certamente seria chamada de doida. Arrisquei e, anos depois, vendi meu negócio por R\$ 2 bilhões. Quem pode dizer que aquele não era o momento certo?

O QUANTO A SUA FORMAÇÃO RELIGIOSA CONTRIBUIU PARA O SEU SUCESSO?

Eu seria infiel aos meus princípios se não reconhecesse a influência da igreja mórmon. Eu comecei a aprender inglês aos 12 anos com os missionários mórmons. Aqueles jovens americanos colocaram um sonho na minha mente e no meu coração, de que eu poderia estudar nos Estados Unidos. Meu pai era motorista de caminhão e a minha mãe era costureira, com sete filhos pequenos para criar. Passei a acreditar que eu seria capaz de estudar no exterior e, graças àqueles jovens missionários, eu fui estudar na Universidade Brigham Young. Lá, tive contato com o maior centro de idiomas que a universidade possui, onde se ensina línguas em curto espaço de tempo. Voltei para o Brasil e comecei a dar aulas de inglês baseadas na minha experiência naquele centro de idiomas. Foi daí que surgiu a Wizard. Então, entendo que a minha formação religiosa foi decisiva para o meu sucesso.

CONTRIBUI PARA ISSO O FATO DE A IGREJA MÓRMON PREGAR A RIQUEZA COMO VIRTUDE?

Na cultura mórmon, a pessoa deve buscar os maiores graus possíveis de educação e de instrução, porque essa formação acadêmica gera maiores oportunidades profissionais e, conseqüentemente, prosperidade. Outro princípio da igreja é que cada membro deve ser autos-

suficiente: prover a si próprio e a sua família e, na medida do possível, contribuir para a sociedade. Então, saber que eu gero uma riqueza, não somente para mim, mas para centenas de pessoas que abraçaram nosso sistema de franquias, é uma satisfação redobrada, afinal, além de você proporcionar conforto para si próprio, está produzindo riqueza para o País.

VOCÊ ACABA DE FECHAR PARCERIA COM O EX-JOGADOR RONALDO. COM A WIZARD, VOCÊ PATROCINOU O ANDERSON SILVA. POR QUE ESSA APOSTA NO ESPORTE?

O Brasil carece de uma proposta séria e consciente no que diz respeito à qualificação de crianças e jovens para o futebol. Temos muitas escolinhas de bairro, mas sem infraestrutura, filosofia e direcionamento. Então, essa união entre Ronaldo, fenômeno do futebol, e Carlos Wizard, fenômeno das franquias, visa o nosso trabalho conjunto para formar atletas que atuarão no Brasil e no exterior, visto que o Ronaldo tem uma presença global e considerando que já temos uma franquia da Ronaldo Academy nos Estados Unidos. Pretendemos fazer um intercâmbio, ou seja, levar para os Estados Unidos os melhores atletas, não somente para jogar, mas também para estudar.

COMO A SUA EXPERIÊNCIA DE WIZARD E DE MUNDO VERDE PODERÁ SE REPRODUZIR NA RONALDO ACADEMY?

Nossa experiência em franquias demonstra que alguns conceitos se aplicam a todos os setores, independentemente de serem de educação, alimentação ou esporte. Nosso diferencial está na técnica para formar equipes e atender os franqueados, além de criar modelos de gestão bem-sucedidos e um modelo de marketing cooperado que ajuda a dar visibilidade aos parceiros. [&]

*Quando você precisa
de um plano que une
qualidade e melhor preço,
a Qualicorp
está do seu lado.*

Empregador do Comércio: só a Qualicorp oferece o plano de saúde do jeito que você precisa, em condições especiais. São inúmeras opções com o melhor da medicina para você escolher uma que atenda às suas necessidades.

Somos líder de mercado e administramos os planos de milhões de brasileiros. Além da FECOMERCIO-SP, temos parceria com mais de 500 entidades de classe e utilizamos a força da coletividade para negociar **preços mais baixos para você.**

*Planos
a partir de R\$* **141**

(valor mensal por pessoa)²





FECOMERCIOSP

Qualicorp
Ante Benefícios:
ANS nº 417175

SulAmérica:
ANS nº 006246

Unimed Paulista:
ANS nº 301337

Amil:
ANS nº 326305

Bredesa Saúde:
ANS nº 005711

*Preços e condições obtidos pela negociação coletiva da Qualicorp com as operadoras de saúde parceiras: R\$ 140,97 – UP Bronze Enfermaria Uniplan Adesão (Registro na ANS nº 467/996/12-2), da Unimed Paulista, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de janeiro/2015 - SP). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Abril/2015.

Ligue agora e deixe a Qualicorp oferecer o melhor plano para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorpdoseulado.com.br



Qualicorp

Sempre do seu lado.

CHAMADA PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL

Marco Civil da Internet obriga que a educação digital esteja presente nas escolas públicas.

No entanto, a maioria das instituições educacionais paulistas desconhece a legislação e não pretende incluir a disciplina na grade curricular.

TEXTO **RAÍZA DIAS**

FOTOS **EUGÊNIO GOULART**



POWER 

Direitos e deveres dos usuários brasileiros da internet estão garantidos desde junho de 2014, quando o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) entrou em vigor. A legislação não só regulou o uso da rede no País como também traçou diretrizes que deverão mostrar frutos nos próximos anos. É o caso, por exemplo, da educação digital. Mais do que democratizar o uso da internet no Brasil, a lei quer, também, que a qualidade dessa utilização seja garantida. Para isso ocorrer, o Marco Civil da Internet parte de um princípio básico: estabelecer a Educação Digital nas instituições de ensino. É o que explica o presidente do Conselho da Tecnologia da Informação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Renato Opice Blum. “O Marco Civil quase que obriga as escolas a ter disciplinas específicas de educação digital”, diz.

Os artigos 24, 26 e 29 da lei trazem orientações nesse sentido. O texto determina que sejam desenvolvidos programas e ações de capacitação para o uso da internet, dando a responsabilidade ao Estado. É obrigação pública, também, integrar o ensino digital às outras práticas educacionais, permeando temáticas de uso seguro, consciente e responsável da internet, citada pelo Marco Civil como “ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico”.

Entretanto, um ano após a lei entrar em vigor, a educação digital não se tornou realidade, como mostra a primeira edição da pesquisa “Educação Digital nas Escolas Brasileiras”, realizada pela FecomercioSP. O levantamento aponta que, das 400 escolas públicas e privadas entrevistadas no Estado de São Paulo, 95,6% não possuem a disciplina Educação Digital em suas grades curriculares. Pior ainda: 83% das escolas públicas nem sequer sabem o

que é o Marco Civil da Internet; 54,12% disseram desconhecer a obrigatoriedade do tema nas escolas; e 65,9% das escolas públicas ouvidas disseram que não há intenção de incluir a disciplina na grade curricular.

A justificativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo é que a lei ainda não foi regulamentada e, por isso, não há o direcionamento exato de como aplicar a determinação da Educação Digital. Além disso, a pasta cita que o Ministério da Educação (MEC) não determinou ainda a temática como uma disciplina obrigatória, a exemplo de Português e Matemática.

A regulamentação do Marco Civil da Internet é, de fato, uma pendência. Em abril, duas consultas públicas foram abertas para a sociedade civil enviar sugestões, sendo uma do Comitê Gestor da Internet no Brasil e outra do Ministério da Justiça (MJ). No início de maio, mais uma vez o MJ abriu espaço para a sociedade civil contribuir para o texto do decreto que irá regulamentar a lei.

Para o vice-presidente do Conselho da Tecnologia da Informação da FecomercioSP, Rony Vainzof, a falta de regulamentação da lei não deve ser um impedimento de avanço no debate da Educação Digital. “Teoricamente, como o Marco Civil foi sancionado em junho do ano passado, já deveria ter essa obrigatoriedade [da Educação Digital]. Mas isso depende de uma regulamentação para saber como vai ser essa capacitação e como as escolas devem implementar. No entanto, não precisamos esperar uma regulamentação para fazer dentro das nossas escolas o que é necessário ser feito”, comenta.

ESTADO E MUNICÍPIO SE DEFENDEM

Por outro lado, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo afirma que a temática da



“O MARCO CIVIL QUASE
QUE OBRIGA AS ESCOLAS
A TER DISCIPLINAS
ESPECÍFICAS DE
EDUCAÇÃO DIGITAL”

**RENATO OPICE BLUM, PRESIDENTE
DO CONSELHO DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DA FECOMERCIO-SP**

educação digital já era realidade nas escolas públicas mesmo antes do Marco Civil da Internet. A pasta assinala que consegue integrar a tecnologia ao ensino. Além disso, dispõe de programas que têm o digital como base, como o ACESSA ESCOLA, na rede desde 2008, promovendo a inclusão digital de alunos, professores e funcionários. Desde a sua criação, o programa já contabiliza 50 milhões de acessos.

A Secretaria ainda afirma que foi além da inclusão e desenvolveu o Currículo +, programa que disponibiliza recursos digitais a serem integrados à prática pedagógica das escolas estaduais. Com aulas e livros digitais, áudios, jogos, mapas, infográficos e outras mídias, a plataforma tem a proposta de complementar o aprendizado em sala de aula. As escolas do Estado passaram a contar recentemente com reforço escolar fornecido com apoio da tecnologia. A solução já foi indicada para 200 mil alunos da rede.

A educação digital nas escolas públicas da capital também é prática anterior à legislação, segundo nota da Secretaria Municipal

de Educação de São Paulo. “A Secretaria tem como princípio o uso consciente da internet de forma segura pelos alunos e professores em toda a sua rede, especialmente no trabalho desenvolvido nos laboratórios de informática. Os laboratórios presentes nas Unidades Educacionais possuem função pedagógica, não de entretenimento. Todas as atividades ali realizadas e os conteúdos disponibilizados têm como pressuposto os respeito à autoria, ao uso consciente e seletivo dos recursos digitais e ao cuidado na divulgação de imagens e com dados de cunho pessoal.”

USO SEGURO DA REDE

A pesquisa “Educação Digital nas Escolas Brasileiras” revela essa preocupação. Os dados indicam que 95,2% das escolas entrevistadas afirmam discutir conceitos básicos de segurança, ética e responsabilidade no uso da internet com os estudantes antes de introduzir noções de informática.

Para especialistas, debater o uso seguro da internet e ampliar a conscientização de crianças e adolescentes é um importante passo para respeitar os princípios éticos, formar os cidadãos atuantes e, principalmente, fortalecer o respeito a outras leis.

Entre os exemplos de possíveis infrações provocadas pelo uso indevido da internet estão os crimes de falsidade ideológica (comuns nos perfis falsos de redes sociais), contra a honra (como calúnia, difamação e injúria) e o *cyberbullying*. Esse último tem, inclusive, ocupado espaço significativo na mídia. A violência virtual é caracterizada pelo uso de tecnologia da informação e comunicação para difamar com exposição pública, como explica a professora titular da Universidade Federal de São Carlos e fundadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev), Lúcia Williams. “Na violência digital, um ato tem

“A UNIÃO DOS PILARES
TECNOLOGIA, PESSOAS
E PROCESSOS, GERA
VALOR AGREGADO. A
DISPONIBILIZAÇÃO DE
CONHECIMENTO GERA
INCLUSÃO, MELHORIA
DE VIDA E CRIAÇÃO DE
OPORTUNIDADE PARA
AS PESSOAS”

DJALMA ANDRADE,
DIRETOR DA MICROSOFT



potencial de se espalhar para multidões. Alguns atos praticados por *cyberbullying* têm consequências mais danosas do que o *bullying* convencional” afirma, salientando que o aparente anonimato da internet é o grande complicador, principalmente para jovens e crianças que julgam que nunca serão descobertos.

Para Renato Opice Blum, da FecomercioSP, o problema encontra entraves para ser solucionado. “Infelizmente, outros artigos do Marco Civil

da Internet impactam no combate ao *cyberbullying*, como a remoção de conteúdo, que retrocedeu com a legislação. Hoje, para retirar um conteúdo ofensivo do ar, é exigida uma ordem judicial – coisa que não acontecia antes”, critica.

RESPONSABILIDADE DE QUEM?

A responsabilidade de levar a educação digital a crianças e adolescentes não se restringe às instituições educacionais, segundo o Marco

**PARA ESPECIALISTAS,
DEBATER O USO
SEGURO DA INTERNET
E CONSCIENTIZAR
OS JOVENS É ESSENCIAL
PARA REFORÇAR OS
PRINCÍPIOS ÉTICOS,
FORMAR CIDADÃOS
ATUANTES
E FORTALECER
O RESPEITO
A OUTRAS LEIS**

Civil da Internet. Família, provedores de conexão e aplicações também devem compartilhar a obrigação, determina a lei, desde que o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevaleça.

Para o diretor da Microsoft, Djalma Andrade, a internet é a extensão do mundo real, fator que reforça a participação de diversos agentes na formação dos usuários da tecnologia. “A internet pode potencializar problemas ou virtudes, dependendo da maneira como é utilizada. Dentro desse contexto, pais, empresas e escolas devem buscar minimizar os impactos”, opina.

A pesquisa da FecomercioSP mostrou que, para 68% dos dirigentes das instituições educacionais, a responsabilidade pelo que os alunos fazem na internet e em seus próprios dispositivos móveis no ambiente da escola é de todos: pais, instituições e professores. Já 12,2% apontam a escola como responsável, enquanto 9,6% indicaram os pais, e 8,4%, os professores. Do total, 1% não permite o uso na escola e 0,8% não sabe ou não respondeu.

Essa responsabilidade compartilhada, no entanto, não é justificada apenas pelo peso de “tutela” que escolas e pais têm na educação dos jovens, segundo especialistas. Dá-se, também, pelo desenrolar jurídico das ações das crianças e adolescentes. Isso porque, em caso de crimes cometidos no campo digital, os pais ou a escola podem ser responsabilizados pelos atos.

O Código Civil diz, por exemplo, que em caso de danos causados por filhos menores, os pais devem repará-los, mas, se esse dano tiver origem nas dependências da escola, será ela quem deverá responder pelo ato. Opice Blum explica essa obrigação, dando como exemplo a utilização de rede Wi-Fi da escola para cometer um ato infracional. “Pode acontecer imputação de responsabilidade se não tiver como identificar



“É PRECISO QUE A ESCOLA TENHA REGRAS CLARAS NO CONTRATO FIRMADO COM OS PAIS PARA QUE ELES COLABOREM COM O QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ PROPONDO”

ALESSANDRA BORELLI, CEO DA NETHICS EDUCAÇÃO DIGITAL

quem usou o ponto de acesso do Wi-Fi. Se eu dou o acesso, preciso mostrar que tentei, pelo menos, identificar quem estava usando esse ponto.”

PRIMEIROS PASSOS

Para evitar problemas no ambiente virtual, pais e escolas podem tomar atitudes simples e preventivas.

Para as instituições educacionais, a recomendação é envolver todos e criar um regimento interno sobre o uso da internet naquele espaço, como sugere o promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo, Antônio Carlos Ozório Nunes. “É preciso ter regras construídas conjuntamente entre professores, pais e alunos, criando uma escola harmônica. Aqueles que impõem regimentos internos não possuem um funcionamento tão bom.”

O desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, José Renato Nalini, reforça: “Cada escola pode elaborar um código de ética de relacionamento entre pais e escola. Precisamos de uma democracia participativa e de uma sociedade que saiba conversar”.

Na mesma linha, a CEO da Nethics Educação Digital, Alessandra Borelli, acredita no trabalho conjunto. “É preciso que a escola tenha regras claras no contrato firmado com os pais para que eles colaborem com o que a instituição está propondo. Com isso, evitamos a ideia de conflitos no âmbito judiciário, tratando as questões internamente.”

Tais regras podem orientar, por exemplo, a interação entre alunos e professor por aplicativos de conversa, muito comuns hoje em dia. O levantamento da FecomercioSP identificou que 77,8% das escolas entrevistadas disseram permitir que professores sejam amigos virtuais de seus alunos em redes sociais e grupos de WhatsApp. No entanto, apenas 36,59% das escolas públicas informaram

**PESQUISA DA
FECOMERCIO-SP
MOSTRA QUE 54,12%
DAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE SÃO
PAULO DISSERAM
DESCONHECER A
OBRIGATORIEDADE
DA EDUCAÇÃO
DIGITAL NA GRADE
CURRICULAR**

ter regras claras sobre essa relação virtual, enquanto o regimento é realidade de 72,64% das escolas privadas.

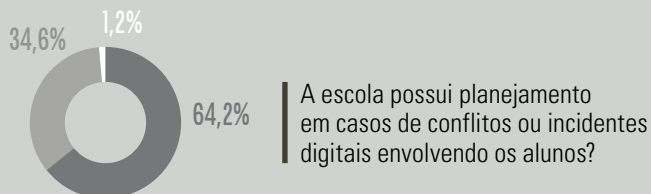
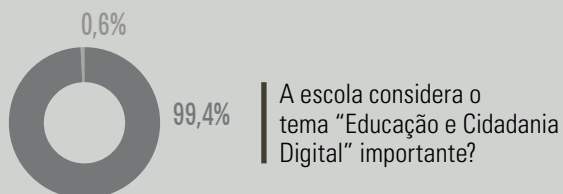
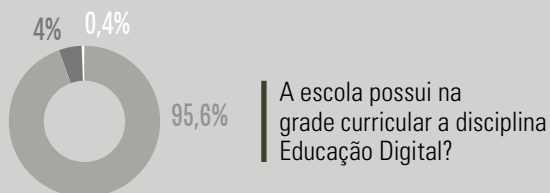
O Colégio Bandeirantes, na capital paulista, adotou procedimentos de educação digital, segundo a coordenadora do programa Ética e Cidadania Digital da escola, Cristiana de Assumpção. “Antes de investir na tecnologia, nós investimos nas pessoas. Envolvemos professores, inspetores, secretaria e os pais. Estamos trabalhando com toda uma comunidade porque o valor principal não muda, que é a educação. Desde 2007 criamos um programa que lida com os temas adequados a cada série. Trabalhamos com os principais temas, como proteção da senha, identidade digital e o que é spam e vírus, além do uso adequado de imagem.”

A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

Apesar de o Marco Civil da Internet não obrigar as empresas a promover educação digital entre seus funcionários, os especialistas recomendam uma mudança de postura das companhias, como cita o sócio-fundador e CTO da Flipside, Anderson Ramos. “Hoje, as empresas estão em um nível de competitividade que não cabe mais o conceito de parar para educar. Mas é necessário dar um salto qualitativo e as companhias precisam analisar como integrar o educacional com o produtivo”, assinala.

Além disso, as empresas podem entrar nesse processo como parcerias de solidificação da educação digital, a exemplo da Microsoft, que, em trabalho conjunto com a educação estadual de São Paulo, disponibiliza o Pacote Office para estudantes da rede. “A união dos pilares tecnologia, pessoas e processos gera valor agregado. A disponibilização de conhecimento gera inclusão, melhoria de vida e criação de oportunidade para as pessoas”, comenta Djalma Andrade. [8]

A educação digital nas escolas públicas e privadas de São Paulo



- Sim
- Não
- Não sabe / não respondeu

PARA O BEM E PARA O MAL

A alta do dólar em relação ao real abre oportunidades para as empresas brasileiras e atrai investimentos estrangeiros. O movimento, no entanto, vai muito além do cenário nacional, já que a moeda americana ganhou força em relação a quase todas as divisas internacionais, incluindo o euro. Isso impõe desafios extras aos nossos empresários, pois a taxa de câmbio da maioria dos países que concorrem com o Brasil no mercado global também se depreciou. A força do dólar reflete a melhoria da economia americana.

TEXTO **ROBERTA PRESCOTT**



CENÁRIO

Para o bem e para o mal

A alta do dólar é assunto de primeira grandeza entre economistas, analistas de mercado, executivos e empresários de diversos ramos de atividade. A moeda americana vem apresentando sucessivas valorizações, a ponto de, no início de março, ultrapassar a barreira dos R\$ 3 – o maior valor desde agosto de 2004. Ainda que fatores domésticos tenham contribuído para o aumento do dólar diante do real, o movimento vai muito além do cenário nacional, uma vez que a moeda americana ganhou força em relação a muitas outras divisas – de mercados emergentes e de moedas fortes, como o euro e o franco suíço.

A alta do dólar pode ser benéfica para a indústria brasileira, que tem a possibilidade de, a médio e longo prazos, ganhar competitividade tanto internamente quanto no cenário internacional, caso consiga aproveitar as oportunidades decorrentes do câmbio. O real desvalorizado também torna mais barato o aporte de capital no Brasil, o que atrai o investidor estrangeiro, trazendo consequências positivas para a economia.

De acordo com a Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP), entre 2013 e 2014 houve um crescimento de 35,4% no capital disponível para investimento no País, chegando a R\$ 36,8 bilhões. Segundo a entidade, essa é uma demonstração clara de que o Brasil representa uma alternativa para os investidores de longo prazo.

A desvalorização do real tem em sua raiz a melhora da economia dos Estados Unidos, com a expectativa de aumento nos juros ao longo deste ano. Uma das preocupações do governo americano, ao sinalizar a elevação gradual da taxa de juros, é evitar que, no futuro, a inflação fuja do controle. Entretanto, juros mais altos nos países desenvolvidos tendem a reduzir o fluxo de capital para países emergentes como o Brasil – uma das causas que pressionam o dólar para cima.

“COM A ALTA DO DÓLAR,
O PRODUTO NACIONAL
GANHA COMPETITIVIDADE
NA VENDA, MAS PODE
TER AUMENTO NO PREÇO
POR CAUSA DOS INSUMOS
IMPORTADOS”

**RAFAEL BISTAFÁ, ECONOMISTA DA
ROSENBERG ASSOCIADOS**



Quem observa de perto as oscilações do câmbio aponta que a valorização do dólar diante do real se deu em escaladas, mas foi mais acentuada em comparação a outras moedas. O economista da Rosenberg Associados, Rafael Bistafa, lembra que, a partir de 2011, quando a cotação do real atingiu R\$ 1,65 por US\$ 1, a economia brasileira já dava sinais de perda de ritmo, que se acentuou nos anos seguintes. “Em maio de 2013, a cotação era de R\$ 2 por US\$ 1. Em dezembro de 2014, chegou a R\$ 2,65 e alcançou o patamar de R\$ 3,30 em meados de março deste ano”, diz.

Desde a divulgação de dados que mostram a recuperação da economia americana, o dólar vem se valorizando em relação a moedas do mundo inteiro. No Brasil, a depreciação do

real também está fortemente ligada a fatores internos – e foi o (mau) desempenho doméstico que intensificou a queda da taxa de câmbio por aqui. O economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec/RJ), Paulo Levy, afirma que houve uma desvalorização de 46% do real diante do dólar entre junho de 2014 e março de 2015. Foi mais que o dobro dos 20% de desvalorização observada em uma cesta de moedas (incluindo euro, dólar canadense, iene, libra esterlina, franco suíço e coroa sueca) no mesmo período.

A Rosenberg Associados, que acompanha de perto a cotação de moedas de países emergentes com comportamento semelhante ao do real, observou que, a partir de fevereiro de

**A MAIOR
DEPRECIÇÃO
DO REAL EM
COMPARAÇÃO A
OUTRAS MOEDAS
ESTÁ ASSOCIADA
A UM LONGO
PERÍODO DE
VALORIZAÇÃO
DA MOEDA
NACIONAL,
IMPULSIONADA
PELA FORTE
ENTRADA DE
CAPITAL NOS
ÚLTIMOS DEZ
ANOS**

2015, o real se desvalorizou mais, descolando-se da média da cesta analisada. De acordo com Bistafa, a maior depreciação deve-se à conjuntura econômica atual. “As contas fiscais estão em patamar não confortável e há uma fragilidade política. Ninguém esperava o déficit nas contas públicas, mas ele veio.”

No ano passado, as contas de todo o setor público consolidado – que engloba Estados, municípios e empresas estatais – registraram déficit primário (receitas menos despesas, sem contar juros) de R\$ 32,53 bilhões ou 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB), que fechou o ano de 2014 com crescimento praticamente nulo, de apenas 0,1%.

Outro aspecto está ligado ao déficit na balança comercial brasileira, resultado de US\$ 225,101 bilhões de exportações contra US\$ 229,031 bilhões de importações. Entre as causas estão a queda no preço das *commodities*, principalmente do minério de ferro; a crise econômica na Argentina, um dos principais compradores dos produtos brasileiros; e os gastos do Brasil com importação de combustíveis.

A maior depreciação do real em comparação a outras moedas está associada a um longo período de valorização da moeda nacional, impulsionada pela forte entrada de capital nos últimos dez anos. “O longo período de valorização do real e a perda de competitividade da economia provocaram a deterioração do balanço de transações correntes. Perdemos a capacidade de gerar saldos comerciais positivos, e o déficit estrutural da balança de serviços e rendas (juros, remessas de lucros e dividendos, gastos com viagens internacionais etc.) também se ampliou”, detalha o coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, o economista Antonio Corrêa de Lacerda.

O ajuste da taxa de câmbio era necessário, na avaliação de Levy. “O cenário é positivo,

mas, para que seja efetivo, tem que impedir que essa desvalorização se transfira para os preços. Ou seja, deve-se, durante um tempo, adotar uma política mais dura de combate à inflação”, acredita o economista do Ipea e professor do Ibmecc/RJ.

JANELA DE OPORTUNIDADE

O câmbio por si só não representa a solução para os problemas de competitividade do Brasil, assinala Lacerda, mas sem uma moeda competitiva em padrões internacionais, não é possível preservar e avançar na (re)industrialização. Nada será imediato nem ocorrerá automaticamente, e é importante não perder de vista que outras moedas também se depreciaram em relação ao dólar. “Isso diminui o impacto positivo que a desvalorização do real poderia significar para a melhora da competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo”, explica Lacerda.

As empresas expostas à concorrência internacional tendem a levar vantagem com a alta do dólar, pois os produtos fabricados no Brasil ficam mais baratos no mercado doméstico em comparação aos importados. Para os exportadores, os bens produzidos localmente chegam ao exterior custando menos em dólar. Mas, como a taxa de câmbio da maioria dos países que concorrem com o Brasil também se depreciou, essa vantagem não é exclusiva da indústria nacional.

O processo de substituição de produtos importados por nacionais leva tempo e precisa estar alinhado com estratégias do governo que possibilitem às empresas obter ganhos reais e compensar o aumento nos custos de energia elétrica, por exemplo. Bistafa lembra que uma parcela importante dos bens industrializados brasileiros utiliza insumos importados. “Com a alta do dólar, o produto nacional ganha competitividade na venda, mas pode ter aumento no preço por causa dos insumos importados”, explica.

**AS EMPRESAS
EXPOSTAS À
CONCORRÊNCIA
INTERNACIONAL
TENDEM A LEVAR
VANTAGEM COM
A ALTA DO DÓLAR,
POIS OS PRODUTOS
FABRICADOS NO
BRASIL FICAM
MAIS BARATOS
NO MERCADO
DOMÉSTICO EM
COMPARAÇÃO AOS
IMPORTADOS**

CENÁRIO

Para o bem e para o mal

Além disso, mais da metade da pauta brasileira de exportação é formada por *commodities*, que tendem a ser menos sensíveis ao câmbio. Outro fator complicador é que Argentina e Venezuela, fortes parceiros comerciais do Brasil, enfrentam problemas internos que vão além da oscilação mundial do dólar. Para contornar a queda nas exportações para os dois países, um caminho seria acessar outros mercados compradores por meio de acordos bilaterais, mas essa prática tem passado à margem da política externa brasileira. “Não vemos planos para novos acordos ou busca por mercados mais estáveis como Europa, Chile ou Colômbia”, destaca Bistafa.

Setores como o de papel e celulose, que tem grande parte da receita oriunda das exportações e usa poucos insumos importados, tendem a ser mais competitivos no cenário internacional.

Para o vice-presidente da ABVCAP, Clovis Meurer, a apreciação do dólar aumenta, sim, a competitividade das empresas nacionais, mas uma coisa é competitividade, e outra é produtividade. “Independentemente da variação do dólar, as empresas brasileiras têm de mirar no aumento da produtividade, ou seja, buscar redução de custos, ser mais eficiente na produção e diminuir as perdas”, destaca.

O QUE ESPERAR

O ano de 2015 não deve ser fácil, mas a necessidade do aperto fiscal é consenso entre os economistas, assim como a redução do déficit público para a retomada do crescimento. A consequência será a desaceleração da economia, com retração do PIB. A Rosenberg Associados projeta queda de 1,5% do PIB neste ano, crescimento de 0,6% em 2016 e aumento entre 1% a 1,5% em 2017.

“Quando se faz o ajuste, o primeiro impacto é difícil, mas depois se desenha mais previsibilidade para a economia, o que dá horizonte para



“O LONGO PERÍODO DE
VALORIZAÇÃO DO REAL
E A PERDA DE
COMPETITIVIDADE DA
ECONOMIA PROVOCARAM
A DETERIORAÇÃO
DO BALANÇO DE
TRANSAÇÕES CORRENTES”

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA,
COORDENADOR DO PROGRAMA
DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
ECONOMIA POLÍTICA DA PUC-SP

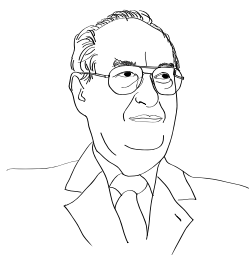
os empresários trabalharem”, diz Levy. Levar a inflação para mais perto da meta é um objetivo a ser perseguido, segundo os especialistas.

Já a cotação do dólar não deve ficar abaixo dos R\$ 3. Por se tratar de uma depreciação global das moedas contra o dólar, não faz sentido o governo brasileiro “remar contra a corrente” para tentar segurar o câmbio. No entanto, uma maior estabilidade na oscilação do real pode ser alcançada com ajustes internos, como estabilidade econômica, e políticas claras que ofereçam maior previsibilidade e controle da inflação.

A Rosenberg Associados prevê que o dólar estará cotado a R\$ 3,05 em dezembro e espera para 2016 uma alta para R\$ 3,15, ligada ao processo de elevação gradual da taxa de juros dos Estados Unidos. “Nossa projeção depende do cumprimento do plano fiscal do [ministro da Fazenda] Levy, se ele vai entregar o que está prometendo e se o ajuste fiscal será equacionado”, sinaliza Bistafa.

O cenário macroeconômico brasileiro não está afastando investidores. “Houve uma captação de recursos menor em 2014 do que em anos anteriores, mas isso não tem afugentado investimentos de longo prazo”, assinala Meurer.

A associação divulgou estudo sobre *private equity* e *venture capital* no Brasil, realizado pela KPMG, e o resultado mostra queda de 18,5% nesse tipo de investimento, que atingiu R\$ 13,6 bilhões em 2014. Os investidores estrangeiros continuaram a representar, assim como no exercício anterior, 55% do capital comprometido. Para a ABVCAP, a atratividade do Brasil está ligada a ganhos a longo prazo, à variação cambial favorável e a oportunidades tanto em infraestrutura quanto no mercado consumidor. Ou seja, o cenário depende do câmbio, mas o indicador não é a única variável na balança dos investidores. [8]



A investigação criminal e sua direção

IVES GANDRA MARTINS
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DE DIREITO DA FECOMERCIO-SP

A respeito da competência dos delegados para presidir o inquérito policial, neste breve artigo pretendo examinar o texto constitucional (arts. 129 e 144 § 4º) que, de rigor, é aquele que rege, no inquérito policial e nas diversas funções do delegado de polícia, sua ação.

Ora, nas competências do Ministério Público, expostas no artigo 129, em nenhum momento foi declarado que o *parquet* teria atribuições de polícia judiciária e que, nessa condição, deveria ter o direito de presidir os inquéritos policiais, como se delegados fossem, com o direito de substituir “agente neutro” por “agente parte”, capazes de eliminar o direito de defesa do acusado.

Ao contrário, o artigo 144, § 4º, em clara e expressa dicção, determina que a polícia judiciária será exercida por delegados e por eles dirigida. Fala em delegado de polícia de carreira. Vale dizer, nem o *parquet* nem qualquer outro agente pode dirigir os inquéritos policiais que são o vestibulo do processo penal. É que, por mais relevante que seja a função do *parquet*, ele é parte nas relações que se estabelecem e que são objeto de inquérito. Por essa razão, não lhe outorga a Lei Suprema o direito de ser “polícia judiciária”, ou seja, de ter presença neutra na investigação, na busca da verdade material.

Examinemos os dois artigos: quanto ao artigo 129, o inciso I é claro ao outorgar ao Ministério Público (parte, sempre) a competência para dar início à ação penal, na sua

atuação como acusador (repito: parte) no processo criminal judiciário.

O inciso II outorga-lhe a obrigação não exclusiva de exigir respeito aos Poderes Públicos e aos serviços que presta, promovendo as medidas necessárias à sua garantia. Não há exclusividade, porque o cidadão também pode assim atuar, por ações populares ou em organizações não governamentais, pelas ações civis públicas.

O inciso III dá-lhe o direito de promover inquérito civil e ação civil pública para proteção dos patrimônios público e social, meio ambiente e outros direitos individuais e difusos. Cuida, exclusivamente, de questões civis – não criminais. Por que razão não colocou, o constituinte, nesse inciso, também o direito de promover os inquéritos penais? Nitidamente, porque essa matéria teria expressa previsão no § 4º, do artigo 144, que não declara ser o Ministério Público polícia judiciária. Também o cidadão comum, individualmente, mediante ações populares e em organismos sociais, valendo-se de ação civil pública, pode promover tal proteção.

O controle concentrado de constitucionalidade é objeto do quarto inciso, também sem exclusividade, o mesmo ocorrendo com as representações para fins de intervenção.

O inciso V está vinculado à defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, vinculando-se, pois, aos artigos 231 *caput* e 232.

O inciso VI diz respeito a procedimentos administrativos, não penais.

O inciso VII não pressupõe nenhum poder investigatório, mas apenas de controle da atividade policial. Vale dizer, de verificar se a autoridade policial está agindo dentro da lei. A lei complementar, que apenas explicita a Lei Suprema, não poderia ofertar poderes maiores que aqueles outorgados pela Lei Suprema, que, no caso, consiste no mero controle externo. Tal controle também pode ser exercido por qualquer cidadão por ações populares ou, em organizações, por meio de ações civis públicas. Apenas a ação penal é de competência exclusiva do Ministério Público.

No inciso VIII, é a clara afirmação de que o Ministério Público não pode presidir o inquérito policial, mas apenas requisitar diligências investigatórias e instauração do inquérito policial.

O inciso IX, de caráter geral, permite ao Ministério Público atuar em outras funções não colidentes com aquelas definidas na Constituição.

Por outro lado, o § 4º do artigo 144, clara, nítida e inequivocamente declara que a polícia judiciária, aquela a quem cabe conduzir o inquérito policial, deve ser exercida por delegados de polícia.

Exerce o delegado, portanto, uma carreira jurídica, sendo polícia judiciária, no vestibulo da ação penal, como *longa manus* do Poder Judiciário, para garantir a imparcialidade do inquérito, ofertando idênticas possibilidades de atuação ao Ministério Público e à Advocacia, na busca da verdade material dos fatos presumivelmente delituosos. [¶]

“O nosso grande desafio hoje, antes de ter um país digno de todos, é solidificar nossa identidade nacional. É entender quem realmente nós somos.”

LAURENTINO GOMES, ESCRITOR



CANAL FECOMERCIOSP. ASSISTA, ASSINE, OPINE.
DISCUTIR O BRASIL É FUNDAMENTAL.

WWW.YOUTUBE.COM/FECOMERCIOSP



Senac Sesc FECOMERCIO SP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIO SP

Representa muito para você.

“O Brasil visto de fora”

O jornalista e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Columbia, Guga Chacra, fala sobre como o Brasil é visto pelos americanos e destaca a vantagem que o País leva diante dos concorrentes do Bric

TEXTO **RACHEL CARDOSO**

FOTOS **CIETE SILVÉRIO**

Brasil e Estados Unidos mantêm uma antiga e extensa relação comercial. As trocas são especialmente importantes para o País, porque o mercado americano é o principal comprador de produtos e serviços brasileiros – a despeito do crescimento de outras nações como destino das exportações nacionais. Estreitar essa relação bilateral é a principal estratégia do governo para equilibrar a balança comercial. Para isso, conta com a recuperação da imagem do Brasil no exterior, que, segundo o jornalista Guga Chacra, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Columbia, não é tão ruim como pinta a mídia. E ganhou reforço graças à credibilidade do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. “Todo mundo sabe que este é um período difícil, mas ele é um nome bem-aceito. A troca certamente foi bem vista, pois Levy é PHD em Chicago. Ele tem a credencial do ministro e tem a credencial da academia”, diz ele. Em entrevista à **Conselhos**, o jornalista, que mora em Nova York, discorre sobre o cenário brasileiro diante do mundo, sobre os escândalos da Petrobras, e destaca que a política de austeridade vai na direção correta, por sinalizar mudança de gestão.



Qual é a imagem atual do Brasil no exterior? Corresponde realmente à capa de fevereiro da *The Economist*, que trouxe uma sambista atolada no lodo?

Em primeiro lugar, aquela era uma versão para a América Latina. A capa global abordou a expansão dos celulares ao redor do mundo. Mesmo a capa positiva do Cristo Redentor decolando, de setembro de 2013, era restrita ao mercado latino-americano. Em segundo lugar, quem trabalha no mercado financeiro acompanhando o Brasil é, em grande parte, brasileiro expatriado em Nova York, ou americano que conhece profundamente o Brasil. Ambos enxergam o Brasil como um país importante no âmbito regional, não global. Na visão americana, é o país mais importante da América Latina. É uma democracia e, do ponto de vista político,

o melhor entre os quatro países do Bric [*Brasil, Rússia, Índia e China*]. Os analistas entendem que existe uma crise política, mas também sabem que a situação é pior em outros países – inclusive europeus, como Grécia, Espanha e Itália. Política doméstica, não só do Brasil, não interessa aos outros países. O brasileiro não se interessa por política doméstica dos Estados Unidos, e, obviamente, os americanos não se interessam por política doméstica brasileira. Para o americano comum, o Brasil é um país com uma imagem boa. Eles nem sabem o nome da presidente do Brasil. O único político brasileiro que o americano já ouviu falar é o Lula. Fernando Henrique e Dilma não existem. Lula é conhecido por uma série de motivos, inclusive pelo nome fácil. Além disso, é conhecido também pela história de líder popular que chegou ao poder (como Lech Walesa, na Polônia; Menem, na Argentina; e Chávez, na Venezuela). Mas, os outros, ninguém conhece.



Assim sendo, fica mais fácil para o Brasil se reaproximar dos Estados Unidos, conforme estratégia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior?

Nesta questão bilateral econômica, os Estados Unidos têm enorme interesse pela aproximação com o Brasil. Isso não é segredo para ninguém. O País tem uma economia grande, importantíssima, uma das maiores do mundo. Inclusive, outros países querem sabotar essa aproximação – a exemplo do México –, porque o Brasil é um concorrente direto, embora tenham uma relação ótima entre si. O México sabe que se o Brasil tivesse um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, ele seria prejudicado. Por isso, é aliado e rival. É bom para o México ter o Brasil como parceiro, mas não competindo com ele pelo mercado americano.

O episódio de corrupção da Petrobras afeta a imagem do Brasil nos Estados Unidos?

A Petrobras tem ações na Bolsa de Nova York e, nesse caso, a questão é mais da empresa do que do País. Como a Petrobras envolve o mercado financeiro, ela interessa a importantes grupos dos Estados Unidos, que acompanham tudo de perto. Entre os americanos em geral, o caso não repercute, assim como o brasileiro não sabe o que acontece lá. Por exemplo, o principal senador democrata, Robert Menendez, de Nova Jersey, deixou o cargo recentemente em meio a um tremendo escândalo de corrupção. No Brasil, ninguém soube disso. Os americanos não sabem o que é Mensalão, não conhecem o José Dirceu e poucos entendem o que é Petrolão, a não ser que surjam as palavras “Lula” ou “Presidente do Brasil”. Afora isso, ninguém sabe. Assim como pouca gente no Brasil sabe que o John Boehner é presidente da Câmara dos Estados Unidos. Entretanto, é evidente que a credibilidade foi abalada. Em 2010, as pessoas falavam que o Brasil estava “bombando”. Houve até aquele discurso da Dilma, até um pouco arrogante, para os líderes europeus, frisando que a economia brasileira ia muito bem. Acabou, eles sabem que já era... É um pessoal que sabe que a economia brasileira não está indo bem. Nada, porém, que seja um colapso como a Argentina no começo do século 21, ou a Grécia ou a Islândia, que entraram em crise também em 2008. O Brasil não está nesse cenário, está em um cenário de economia muito ruim, em recessão, mas não em uma depressão.



As primeiras medidas de austeridade do ministro da Fazenda Joaquim Levy já surtiram algum efeito lá fora?

Eles prestaram atenção e estão acompanhando. Claro que Levy gerou certa calma quanto ao futuro da economia brasileira. Todo mundo sabe que esse é um período difícil, mas ele é um nome bem-aceito em Chicago porque tem “pedigree” nos Estados Unidos. E lembrando mais uma vez: nos Estados Unidos, o mercado financeiro é composto, na grande maioria, por brasileiros expatriados ou americanos muito próximos ao Brasil, que moraram no País e são casados com brasileiras, ou estudaram no Brasil e falam português fluentemente. O Levy tem a credencial de ministro e a credencial da academia, estudou seguramente em umas das melhores universidades do mundo, a Universidade de Chicago. O Guido Mantega não era o ministro preferido, como a própria *The Economist* deixou muito claro em editoriais. Ele também não era um articulador político como o Palocci, ou o próprio Fernando Henrique quando foi ministro no Governo Itamar.

Dá para acreditar em uma reinvenção do ambiente econômico? Qual direção o País deve tomar?

Acredito que o Brasil esteja na direção correta com o Levy. Há problemas econômicos que são cíclicos – como os preços das *commodities*, independentemente do Brasil. E houve uma série de medidas que, na minha visão, talvez tenham sido um pouco equivocadas, ou foram equivocadas no primeiro mandato da Dilma. Ao nomear o Levy, a Dilma sinalizou mudanças. O Levy é um economista de origem liberal, de Chicago. Então, há um interesse em mudar. Se o Levy vai conseguir ou não, dependerá dos entraves políticos. Independentemente de Levy, há chances de o País enfrentar grandes obstáculos e sair do caminho. Aí será muito grave e a desconfiança do mercado vai aumentar. O Brasil tem enorme potencial, muitos empreendedores e jovens muito bem informados. Muitas iniciativas esbarram no Custo Brasil, que já foi maior, mas ainda atrapalha. A economia brasileira foi aberta e a inflação está sob controle, mas estamos em meio a uma nova crise – que é reversível (não a curto prazo, mas é reversível). [E]

FUTURO EM CONSTRUÇÃO

ONU apresenta relatório com a síntese de todo o trabalho desenvolvido até agora para definição e negociação da agenda pós-2015, com ações que guiarão o desenvolvimento global a partir de agora, visando reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico sustentável.

TEXTO **RACHEL CARDOSO**



O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, apresentou em dezembro passado a síntese do relatório “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”. O documento é resultado dos esforços de um grupo de trabalho criado ao fim da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) para elaborar um conjunto de metas que pudessem orientar as discussões, além de ajudar a definir um plano de ação para a agenda pós-2015, ano em que expira o prazo dos países em desenvolvimento para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2000).

Após a apresentação do relatório, o próximo passo para as negociações formais em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ocorrerá em uma série de reuniões esperadas para este ano. Está marcada para setembro, durante a Cúpula dos Chefes de Estado, tradicionalmente em Nova York, a definição da nova agenda de desenvolvimento após 2015.

Do projeto divulgado pelo grupo de trabalho aberto, dentro do processo de negociação intergovernamental constam 17 objetivos e 169 alvos de atuação para os 189 países-membros da ONU. Os primeiros 16 objetivos identificam áreas prioritárias, sem retroceder em relação a tudo o que havia sido estabelecido pelos ODM. Já o alvo final, de número 17, prevê mecanismos que possibilitem a concretização das metas anteriores, incluindo questões relacionadas a finanças, captação, parcerias, tecnologia, levantamento de dados e comércio. “Os temas refletem a complexidade do mundo em que vivemos”, diz o especialista de Programa da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações

“AS METAS DE REDUÇÃO DA POBREZA NÃO FAZEM SENTIDO SE NÃO HOUVER INFRAESTRUTURA. SÃO PROBLEMAS BÁSICOS, COMO AS FALTAS DE ÁGUA E ENERGIA, QUE NÃO APARECEM EXPLICITAMENTE NOS OBJETIVOS E QUE PRECISAM ESTAR ALINHADOS COM A GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE”

JOSÉ GOLDEMBERG, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Foto: acervo Conselhos



Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Haroldo Machado Filho.

As duas principais diferenças entre os ODM e os ODS são, de um lado, a finalidade, e, de outro, a escala das metas. Reconhecendo que nenhum dos países-membros da ONU avançou significativamente no combate à crise ambiental e na garantia de um meio ambiente saudável para a vida humana, busca-se, com a agenda pós-2015, enfatizar o critério da sustentabilidade, promovendo o equilíbrio das dimensões econômica, ambiental e social, bem como o uso eficiente dos recursos naturais.

Da mesma forma, os reveses econômicos pelos quais têm passado nações em todo o mundo chamaram a atenção sobre os desafios socioeconômicos pertinentes tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. Esses últimos constituíram o foco dos ODM, alargando-se, recentemente, para abranger também os primeiros.

O Brasil foi um dos que mais avançaram na redução da pobreza e da desigualdade de renda nos últimos 15 anos – sete dos oito desafios do milênio foram atingidos, de acordo com o Pnud no Brasil. A exceção ficou na meta para a saúde da mulher, que trata da morte em decorrência de doenças relacionadas à gravidez e ao parto. A taxa de mortalidade materna no Brasil é de 64 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos. “O desempenho do Brasil no cumprimento dos ODMs tem se mostrado excelente”, ressalta Raynne Ferreti Moraes, oficial nacional para o Brasil da ONU-Habitat.

Segundo ela, o País empenhou muitos esforços para disseminar as informações e os acordos, não só por meio do Relatório de Acompanhamento Nacional – que envia para a ONU –, mas também por criação de sites, realização de eventos e estabelecimento da agenda de compromissos dos ODMs entre o governo fe-

**OS REVESES
ECONÔMICOS PELOS
QUAIS TÊM PASSADO
NAÇÕES EM TODO O
MUNDO, CHAMARAM
A ATENÇÃO SOBRE
OS DESAFIOS
SOCIOECONÔMICOS
PERTINENTES
TANTO A PAÍSES
DESENVOLVIDOS,
QUANTO AOS EM
DESENVOLVIMENTO**

Objetivos do Milênio (ODM)

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Garantir o ensino básico fundamental a todos.
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater a aids, a malária e outras doenças.
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental.
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.



deral e os municípios. Destaca ainda que diversas políticas públicas contribuíram para o cumprimento dos ODM, mas alguns desafios persistem. Entre eles, Raynne aponta indicadores de igualdade de gênero, em que a disparidade entre homens e mulheres é profunda tanto na renda quanto na política.

Dentro do desafio de sustentabilidade ambiental, no caso brasileiro, embora tenha sido atingida a meta de reduzir à metade os lares sem acesso a água e esgoto, os resultados ainda são muito fracos. E não se pode deixar de lembrar que o País atravessa uma de suas piores crises hídricas. “As metas de redução da pobreza não fazem sentido se não houver infraestrutura”, destaca o conselheiro da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP), José Goldemberg, professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo e ex-ministro das pastas de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. “São problemas básicos, como as faltas de água e energia, que não aparecem explicitamente nos objetivos e que precisam estar alinhados com a garantia da sustentabilidade.”

Para Goldemberg, a discussão a respeito das metas globais escapa ao controle de países menos desenvolvidos, como a África, já que no caso de combate ao vírus HIV, por exemplo, não há verba suficiente para tomar as providências indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e quem não consegue cumpri-las, fica com a imagem abalada internacionalmente. Em sua avaliação, a construção de uma nova agenda pode tirar o foco dos problemas – pois quem tem muitas metas, pode não ter nenhuma.

O pesquisador de políticas sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rafael Guerreiro Osório, faz coro ao professor Goldemberg ao afirmar que é preciso tomar decisões efetivas de âmbito social e no que se

“O DESEMPENHO DO BRASIL NO CUMPRIMENTO DOS ODMs TEM SE MOSTRADO EXCELENTE, MAS ALGUNS DESAFIOS PERSISTEM, COMO APONTA OS INDICADORES DE IGUALDADE DE GÊNERO, EM QUE A DISPARIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES É PROFUNDA, TANTO NA RENDA QUANTO NA POLÍTICA”

RAYNNE FERRETI MORAES,
OFICIAL NACIONAL PARA
O BRASIL DA ONU-HABITAT



Foto: divulgação

refere à infraestrutura. Ele questiona ainda metas como a igualdade de gênero no ensino, que, apesar de ter sido alcançada, não melhora efetivamente o quadro da desigualdade. “No Brasil, há uma pressão para que os meninos trabalhem e isso os tira da escola muito cedo. Da mesma forma, na África e no Oriente Médio, a discriminação faz com que os meninos não frequentem as escolas e isso tem consequências socioeconômicas”, observa.

Outra crítica feita por ele é a forma de mensurar as metas. “O objetivo não pode ser apenas o acesso à escola, porque tem gente que entra e sai sem saber ler, assim como a meta não pode se basear em reduzir a miséria pela metade. Tem de acabar com a miséria e tem que acabar com o analfabetismo”, afirma.

Na avaliação de Osório, os indicadores que mensuram se as metas têm sido cumpridas precisam ser repensados. Assim, em vez de medir apenas o desmatamento, seria necessário, por

exemplo, manter uma taxa de cobertura de floresta nativa para saber se os países conseguem manter o que têm. Medir o que se destrói já não tem levado a lugar nenhum. “O PIB é um bom indicador, mas é limitado, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) olha para a saúde e a educação. É preciso incluir um indicador que dê valor real ao meio ambiente também.”

Sem dúvidas que será um desafio para os países monitorarem todos os futuros indicadores que medirão o cumprimento (ou não) de cada meta e, por sua vez, dos objetivos, mas a sustentabilidade do planeta depende de uma abordagem holística do desenvolvimento. “Não adianta focar apenas em alguns temas, deve-se tratar de todos”, avalia Rayanne, da ONU-Habitat.

Ao menos um consenso existe entre todos que estão envolvidos na execução dos objetivos e que trabalham no desdobramento das metas: mais importante do que os números é a mobilização global em torno de grandes problemas da humanidade. Não se pode perder essa capacidade de reunir pessoas que pensem de maneira diferente e que conversem entre si em torno de grandes temas, como mortalidade infantil e casamento gay. Isso é o que conta. Relatórios de progresso do governo são divulgados com regularidade – sinal de que o compromisso internacional está em dia. Cabe à sociedade civil se engajar também nessa caminhada.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Para mobilizar o setor privado, o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o Pacto Global, iniciativa que tem por objetivo a adoção, em práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações do trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em dez princípios. A proposta conta com a participação de

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) *

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, bem como promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e apoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e emprego pleno e produtivo, além de trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável de oceanos, mares e recursos marinhos.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da terra; e estancar a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

* Os 17 ODS se desdobram em 169 metas

**O BRASIL FOI UM DOS
QUE MAIS AVANÇARAM
NA REDUÇÃO DA
POBREZA E DA
DESIGUALDADE DE
RENDA NOS ÚLTIMOS
15 ANOS. SETE DOS
OITO DESAFIOS DO
MILÊNIO FORAM
ATINGIDOS, DE ACORDO
COM O PNUD**

agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje, já são mais de 5,2 mil organizações signatárias, articuladas por 150 redes ao redor do mundo.

As empresas participantes do Pacto Global são diversificadas e representam diferentes setores da economia e regiões geográficas, além de buscarem gerenciar seu crescimento de uma maneira responsável, que contemple interesses e preocupações de suas partes interessadas, incluindo funcionários, investidores, consumidores, organizações militantes, associações empresariais e comunidade.

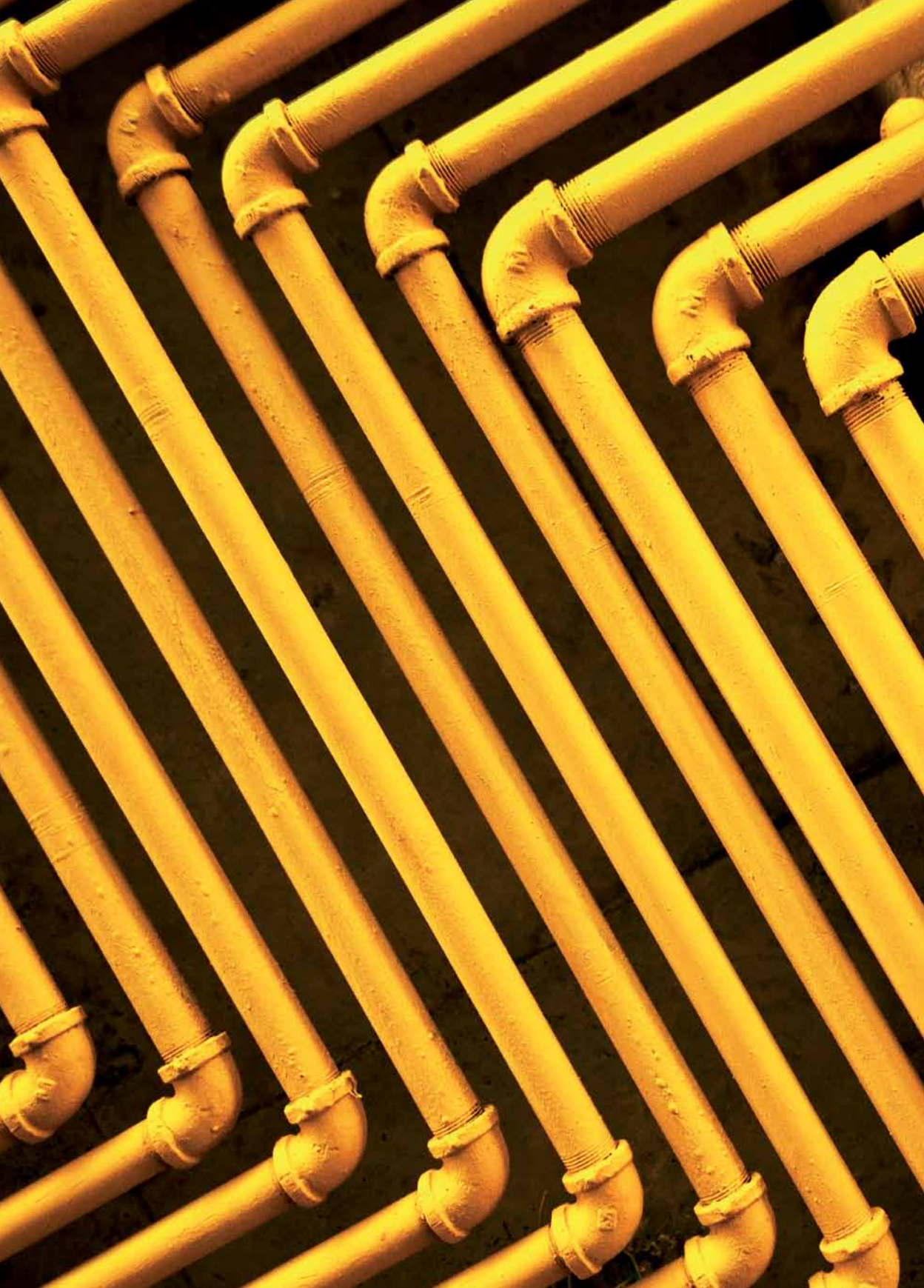
O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

O desenvolvimento não deve ser medido por meio de um único índice. É preciso conjugar todos os eixos da sustentabilidade, e isso perpassa, necessariamente, por indicadores sociais, econômicos e ambientais. É importante medir indicadores das cidades, pois ainda que um país tenha um resultado satisfatório, há assimetria se forem comparadas cidades diferentes. Assim, a ONU-Habitat criou o Índice de Prosperidade das Cidades como resposta a esse desafio. Ele congrega seis eixos temáticos, com diversos indicadores que medem cada um deles e formam os índices: qualidade de vida; produtividade; infraestrutura; equidade e inclusão social; governança; e sustentabilidade ambiental. A criação de um ODS Urbano, na atual versão discutida, é o ODS 11, que também ilustra a necessidade de se trabalhar no nível local e não somente no nacional. [8]

ALTERNATIVA VALIOSA

Ministério de Minas e Energia recorre a empresas com sistema de autogeração para enfrentar o risco da escassez de energia. Comércio e indústria poderão vender o excedente das usinas próprias para o Sistema Integrado Nacional. O valor varia de acordo com a fonte energética utilizada, seja diesel, seja gás natural.

TEXTO **RAÍZA DIAS**



Gerar a própria energia e vendê-la ao governo: esta poderá ser uma fonte de receita para empresas do comércio e da indústria que se encaixarem nos critérios da iniciativa do Ministério de Minas e Energia (MME), que prevê a compra do excedente de energia limpa proveniente dos chamados “autogeradores”.

Em resolução inédita, o governo federal adotou temporariamente a medida para evitar o racionamento energético diante do risco de desabastecimento. “A autogeração é uma boa alternativa em momentos críticos. No racionamento anterior, em 2001, a medida não foi utilizada porque ela praticamente não existia”, afirma o diretor da consultoria Excelência Energética, Erik Rego.

O incentivo à autogeração é resultado da Portaria MME nº 44/2015. O primeiro passo foi uma audiência pública para receber contribuições da sociedade civil a respeito do trâmite para a compra de energia. Agora, as sugestões estão sendo analisadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pelo regulamento do incentivo.

A portaria definiu que as distribuidoras de energia elétrica deverão realizar chamadas públicas para incentivar a geração própria. Para cada fonte energética utilizada na autogeração, um valor diferente será aplicado na compra. A portaria define que, para geração a diesel, será pago o valor de R\$ 1.420,34 por megawatt-hora (MWh); para gás natural, R\$ 792,49/MWh; e para as demais fontes energéticas, R\$ 388,48/MWh.

A fim de medir a energia gerada, a distribuidora vai instalar os equipamentos necessários nas unidades de geração própria, sendo a responsável pela verificação e pelo pagamento. Os autogeradores serão remunerados por meio do crédito na fatura de consumo de energia elétrica ou do uso do sistema de distribuição.

“ESTAMOS PREPARADOS
PARA QUALQUER CENÁRIO,
SEJA DE AUMENTO DE
TARIFA, SEJA DE AUSÊNCIA
DE ENERGIA”

**LUCIANO MONTENEGRO DE
MENEZES, CEO DO WORLD TRADE
CENTER SÃO PAULO (WTC-SP)**



Foto: Eugênio Goulart

Por enquanto, a Aneel não tem expectativa do montante de energia a ser adquirido a partir da iniciativa. Segundo a agência, como o programa é voluntário, a compra dependerá da adesão dos consumidores atendidos em alta tensão, como indústrias, shopping centers e edifícios comerciais.

MERCADO DE OLHO

Se depender do mercado, haverá demanda, na avaliação do gerente de Cogeração e Refrigeração da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), Ricardo Michelin. “É uma oportunidade excelente. O mercado, ciente da portaria, está na expectativa da efetivação da medida e analisa suas próprias plantas a fim de ver se possui condições técnicas para participar.”

A Comgás conta hoje com 25 clientes no segmento de cogeração de energia, com cerca de 300 MWh instalados. Já na autogeração, são 31 clientes com 55 MWh instalados. Michelin explica a diferença: “A empresa que busca a cogeração tem equilíbrio entre a demanda de energias térmica e elétrica. Já para a empresa que tem muito consumo de energia elétrica e pouco de térmica, a autogeração é mais viável, sendo utilizada no horário de ponta diariamente ou em casos de interrupção”.

O horário de ponta é o intervalo entre 17h30 e 20h30, em que a demanda por energia elétrica salta, e o valor cobrado pelas distribuidoras, em média, duplica. Para economizar nesse período, as empresas que têm sistemas de geração própria recorrem à alternativa para reduzir o gasto com energia. Geralmente, fora do horário de ponta a autogeração acaba não sendo utilizada por parte das empresas. A ideia do Ministério é, justamente, aproveitar esse período ocioso dos equipamentos.

“Todos que tenham capacidade ociosa de geração estão sendo incentivados a entrar na

COMO O PROGRAMA
É VOLUNTÁRIO, A
COMPRA DEPENDERÁ
DA ADESÃO DOS
CONSUMIDORES
ATENDIDOS EM
ALTA TENSÃO,
COMO INDÚSTRIAS,
SHOPPING CENTERS
E EDIFÍCIOS
COMERCIAIS

Volume útil dos principais reservatórios *

RESERVATÓRIO	MAR-14	MAR-15	
Furnas	27,2%	21,6%	↓
Mascarenhas de Moraes	75,3%	24,4%	↓
Marimbondo	25,1%	40,8%	↑
Água Vermelha	30,1%	35,1%	↑
Emborcação	37,4%	21,8%	↓
Nova Ponte	25,4%	20,1%	↓
Itumbiara	23,6%	16,3%	↓
São Simão	43,5%	54,6%	↑
Barra Bonita	83,5%	88,8%	↑
Promissão	34,6%	83,2%	↑
Jurumirim	48,1%	50,3%	↑
Chavantes	51,7%	34%	↓
Capivara	31,2%	35,5%	↑
Governador Bento Munhoz	35,3%	30,4%	↓
Salto Santiago	48%	42%	↓
Três Marias	18,7%	30,8%	↑
Sobradinho	53,7%	18,8%	↓
Luiz Gonzaga	25,7%	22,7%	↓
Serra da Mesa	40,2%	31,2%	↓
Tucuruí	99,3%	72,9%	↓

* Situação verificada em 27 de abril de 2015

Fonte: ONS



Foto: Rubens Chiri

iniciativa para reforçar o sistema energético do País. Isso contribuirá positivamente durante o período seco no qual estamos entrando e deve minimizar a necessidade de redução de carga energética”, analisa o gerente de marketing e desenvolvimento da Ecogen, Pedro Silva.

A empresa, especialista em desenvolvimento e implantação de projetos de eficiência energética, possui 182 MWh de potência de energias elétrica e térmica instalada, com uma carteira composta por 52 usinas – nem todas de autogeração. “Temos uma expectativa muito positiva em razão do incentivo do governo. A previsão é de que aproximadamente 20 usinas de autogeração se interessem pelo projeto do Ministério”, aponta Silva.

O empreendimento comercial World Trade Center São Paulo (WTC-SP) possui sistema de geração própria, utilizado no horário de ponta ou em situações de falha na rede de distribuição. O incentivo do governo está na mira do complexo, segundo indica o CEO Luciano Montenegro de Menezes. “Vamos acompanhar o andamento

“OS ÚLTIMOS REAJUSTES E A FALTA DE CONFIABILIDADE NO SISTEMA ELÉTRICO LEVARAM OS EMPREENDIMENTOS A BUSCAR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS E HÍBRIDAS PARA GARANTIR A SEGURANÇA DO NEGÓCIO”

RICARDO MICHELIN, GERENTE DE COGERAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DA COMGÁS

da portaria e olhar juridicamente os benefícios dessa operação de venda de energia. Temos interesse, mas ainda é cedo para falar se vamos participar. Se sobrar energia para compartilhar com o sistema, por que não?”, assinala.

INVESTIR OU NÃO?

O diretor da consultoria Excelência Energética chama a atenção para uma premissa do incentivo do governo: só será comprada energia de autogeração de empresas que já possuam o sistema. “Como o governo precisa de energia com urgência, poderão participar as empresas com equipamentos já existentes. Não dá para esperar a instalação. O que as companhias precisam verificar é se terão combustível e capacidade suficientes para gerar a energia excedente para venda”, explica Rego.

A iniciativa do Ministério de Minas e Energia pode ser vista por algumas empresas como oportunidade futura de venda de autogeração. No entanto, o consultor alerta: “É uma aposta de risco investir em equipamentos agora, já que não estão previstas outras chamadas”.

De acordo com a portaria, o prazo para compra da energia proveniente de autogeração termina em 18 de dezembro. Os especialistas acreditam que a estratégia do MME pode até ser retomada no ano que vem, mas nada é certo. “O nível dos reservatórios está péssimo. Talvez essa compra de energia retorne em 2016. Mas, em 2017, não será preciso porque o governo já está tomando medidas para equilibrar a situação”, afirma o consultor.

Ainda assim, o mercado espera que as empresas recorram cada vez mais a fontes alternativas de energia, considerando não só o fantasma do racionamento, como também a pressão das tarifas sobre os custos. “A portaria só veio acelerar esse movimento. Os últimos reajustes e a falta de confiabilidade no sistema

elétrico levaram os empreendimentos a buscar soluções alternativas e híbridas para garantir a segurança do negócio”, reconhece Michelin, da Comgás. Segundo ele, a maior procura por soluções alternativas deve baratear o investimento em autogeração de energia.

Silva, da Ecogen, reforça: “É um dos anos mais aquecidos para a gente. O que o governo sinaliza com essa portaria é a inclusão da geração própria dentro do sistema. O novo ministro tem dito muito isso, de reformular o atual modelo e aproveitar outras matrizes produtoras de energia. A portaria está atraindo, também, o estudo de novos empreendimentos para a geração própria, o que resultará, provavelmente, em novos negócios”.

Os benefícios da autogeração de energia, inclusive, são citados pelo CEO do WTC-SP. “Estamos preparados para qualquer cenário, seja de aumento de tarifa, seja de ausência de energia.” Segundo Menezes, é fundamental para um grande negócio investir em estratégias que ofereçam a segurança necessária para girar sem impactos negativos na ocorrência de algum problema, como uma possível falta de energia elétrica.

O CUSTO DA MEDIDA

Para Erik Rego, da consultoria Excelência Energética, essa medida do governo é cara. “Vai custar caro para o consumidor. A distribuidora comprará essa energia com o dinheiro dos consumidores, pagará o custo operacional, mas voltará a cobrar dos clientes. No próximo ano, a expectativa é de que as tarifas aumentem entre 5% e 6% por causa dessa medida”, avalia.

Segundo ele, o ideal seria optar pelo racionamento. “No racionamento, é possível escolher os consumidores mais aptos a reduzir o gasto. O racional seria diminuir o consumo de 5% a 10%, que é um porcentual viável. Mas, do ponto de vista político, é uma catástrofe”, comenta. [8]

Você sabe o que os empresários têm a dizer em 2015?



ANUNCIE NA REVISTA CONSELHOS

Publicação bimestral especializada em empreendedorismo, macroeconomia e mercado. A informação que a sua empresa precisa para ter sucesso nos negócios.

Para saber mais, acesse:

www.fecomercio.com.br/Publicacoes

Telefone: (11) 3170-1571

E-mail: comercial@agenciatutu.com.br

&

Senac Sesc FECOMERCIOSP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIOSP

Representa muito para você.

“QUEM ENSINOU OS AMERICANOS A TOMAR BONS CAFÉS FOI A STARBUCKS”

Nascida em 1971 em Seattle (EUA), a **Starbucks** é hoje a maior rede de cafeterias do mundo, com 22 mil lojas. No Brasil, as operações começaram em 2006 pelas mãos de um parceiro, mas a matriz assumiu o negócio em 2010, acelerando os planos de expansão. Hoje, são 96 lojas da Starbucks no País, concentradas em São Paulo e Rio de Janeiro. Reproduzir em cada uma delas a mesma experiência que o cliente tem nos Estados Unidos é o desafio de Norman Baines, diretor-geral da rede no Brasil.

POR **RACHEL CARDOSO**

FOTOS **RUBENS CHIRI**



ENTREVISTA

Norman Baines, diretor-geral da Starbucks no Brasil

Para engordar o caixa, a **Starbucks**, maior rede de cafeterias do mundo, variou o cardápio nos Estados Unidos com a abertura de uma loja de produtos naturais, uma estratégia de diversificação que começou quando a rede comprou a fabricante de sucos Evolution Fresh por US\$ 30 milhões, em 2012. No Brasil, onde a rede desembarcou há quase uma década, a preocupação é reproduzir com fidelidade os mesmos padrões da matriz, para que o cliente não diferencie a experiência entre as lojas. “Muitos brasileiros conhecem a marca lá fora e não queremos desapontá-los se, ao chegarem no Brasil, não encontrarem os produtos conhecidos”, diz o diretor-geral da Starbucks no País, Norman Baines. Desde 2013 à frente da operação local, ele acumula passagens por Applebee’s, McDonald’s e Hard Rock Café. Com mais de 30 anos de experiência no varejo da América do Sul e América Central, Baines avalia que a multinacional ainda atravessa uma fase de consolidação por aqui. Em entrevista à **Conselhos**, ele fala sobre os investimentos em treinamento e sobre a relação com os fornecedores. Destaca também a melhoria da qualidade do café brasileiro e o hábito crescente de se consumir cápsulas de café.

QUAIS SÃO OS PLANOS PARA 2015?

O ARREFECIMENTO DA ECONOMIA ATRAPALHA ALGUM PROJETO?

A economia é muito dinâmica e atuamos em um nicho que apresenta demanda latente. Estamos abrindo lojas consistentemente e isso faz parte da performance esperada. Eu evito dar números porque dependemos muito de outros fatores, como licenças, abertura de shopping centers e negociações com donos de imóveis. Então, é difícil informar com precisão. Mas, certamente, inauguraremos a loja de número 100 neste ano. Também teremos outros investimentos visando a consolidação da marca. Estamos investindo muito na área de treinamento, por exemplo. Acabamos de inaugurar o que chamamos de *coffee college*, com capacidade para 70 pessoas.

QUAL É O CONCEITO DO COFFEE COLLEGE?

É um centro de treinamento onde oferecemos aulas para todos os funcionários, desde o barista recém-contratado até os gerentes de distribuição, responsáveis pelas lojas. Temos uma média de oito a dez lojas por gerente de distrito. Muitas empresas fazem treinamento por meio de vídeos ou pelo computador. Nós decidimos que, neste momento de implantação da marca, é importante ter a nossa equipe mais próxima e fazer treinamentos ao vivo. Isso é uma inovação.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DISSO PARA A MARCA?

Temos um ritmo de expansão bastante acelerado e precisamos sempre de gente capacitada para trabalhar nas novas lojas. Por isso, criamos o Departamento de Learning, formado, inclusive, por muitas pessoas que vieram de lojas e começaram como barista. Preferimos o termo “desenvolvimento de pessoal” a “treinamento”, porque entendemos que treinamento está mais ligado à transmissão de

“A ECONOMIA É MUITO
DINÂMICA E ATUAMOS
EM UM NICHOS QUE
APRESENTA DEMANDA
LATENTE. CERTAMENTE
INAUGURAREMOS A LOJA
DE NÚMERO 100
NESTE ANO”



informações. Desenvolvimento envolve um trabalho de longo prazo, algo que serve para formar um profissional.

É DIFÍCIL ENCONTRAR MÃO DE OBRA QUALIFICADA?

Não. Nosso perfil é de jovens que ingressam no mercado de trabalho: 67% dos nossos baristas estão no primeiro emprego. Por isso, atuamos no desenvolvimento de profissionais jovens que queiram trabalhar conosco.

DE ONDE VEM O CAFÉ USADO PELA STARBUCKS?

Compramos café de várias partes do globo. Adquirimos mais ou menos 3% do café arábica que é produzido anualmente no mundo. Temos fornecimento de basicamente três áreas distintas: América Latina, África e Ásia-Pacífico. E assim nascem os *blends* de cafés, desses três lugares.

COMO É A RELAÇÃO COM OS FORNECEDORES?

Os nossos fornecedores, em geral, são pequenos agricultores que produzem pequenos lotes de café. Para o café arábica se desenvolver bem, ele deve estar acima de 1,2 mil metros de altitude. Por isso, os cafés crescem entre os dois trópicos [*Câncer e Capricórnio*], formando um cinturão de produção de café, do qual o Brasil faz parte. Na Costa Rica, onde está um dos nossos centros de apoio ao agricultor, temos uma fazenda. A ideia não é produzir para consumo, mas utilizar as instalações para pesquisas. Desenvolvemos recentemente 180 mil mudas de café resistentes a ferrugem, uma praga capaz de desestabilizar os preços do mercado.

ESSA FAZENDA DE PESQUISA É ÚNICA?

Não. Temos quatro centros de apoio ao agricultor. O primeiro e principal fica na Costa Rica. Decidimos adquirir essa fazenda em 2012 e é lá que fazemos esses experimentos, desenvol-



“ADQUIRIMOS MAIS
OU MENOS 3% DO
CAFÉ ARÁBICA QUE É
PRODUZIDO ANUALMENTE
NO MUNDO”

vemos mudas e realizamos trabalhos ligados à agronomia. Já cultivamos mais de 20 tipos de café resistentes a pragas.

**HÁ ALGUM TIPO DE PESQUISA
OU PARCERIA NO BRASIL?**

Não. A indústria brasileira de café é tão grande e desenvolvida que transcende o trabalho de nossos centros de apoio.

**AINDA É POSSÍVEL INOVAR
EM MEIO A UM SETOR TÃO DESENVOLVIDO?**

Trazemos novidades de fora ou criamos localmente. No fim do ano passado, por exemplo, lançamos bebidas específicas para o Brasil, como drinques gelados à base de café. Nossa campanha agora é voltada ao cappuccino de iogurte, que está vendendo muito bem. Cappuccino é o que chamamos de bebida *blend*, à base de café, mas que contém leite batido, e se desejar chantilly, ou qualquer outro item, é só adicionar. Também oferecemos produtos nos sabores banana e frutas vermelhas, bebidas que não existem no mercado americano.

**EM RELAÇÃO A NOVOS PRODUTOS,
O QUE VEM POR AÍ?**

O lançamento de novos produtos, normalmente, é feito em mercados mais maduros. No Brasil, ainda estamos implantando a marca Starbucks e trabalhando para aumentar o número de lojas de rua, que entendemos ser o terceiro lugar no qual as pessoas tomam café. O primeiro lugar é em casa; o segundo, é no trabalho; e o terceiro, é na Starbucks, onde você pode se sentar, ligar o computador, tomar um cafezinho, fazer uma reunião. Procuramos ampliar o número desse tipo de loja em São Paulo para acompanhar o máximo possível o gosto do brasileiro. Oferecemos pão de queijo no País, por exemplo.

ENTREVISTA

Norman Baines, diretor-geral da Starbucks no Brasil

O CAFÉ É O CARRO-CHEFE?

O conjunto de produtos que sai da máquina de café expresso responde por aproximadamente 50% das vendas. Os outros 50% são outras bebidas, como *blends*, cappuccinos e bebidas refrescantes, das quais os jovens gostam muito. Nosso café expresso é o melhor encontrado na praça.

COMO VOCÊ AVALIA ESSA TENDÊNCIA DO CONSUMO DE CAFÉ EM CÁPSULAS?

Eu acho que o brasileiro finalmente adotou o expresso. Isso é relativamente recente no mercado local e muita gente usa o café expresso para capitalizar a venda de outros itens. As perguntas que sempre vêm à minha cabeça são: como saber o que tem na cápsula? O que fazer com a cápsula depois do uso? Sabemos que há fabricantes como a Nestlé, de altíssimo nível, mas há um número muito grande de empresas entrando no mercado.

COMO CONSOLIDAR A CULTURA DA DEGUSTAÇÃO DO CAFÉ, QUE AINDA É NOVA NO BRASIL?

É o mesmo movimento observado no mercado de vinhos. Os cafés também variam de safra para safra. É um produto vivo. E é importante apresentar as maneiras de servi-lo. Inclusive temos um programa dentro do processo de desenvolvimento de pessoal chamado *coffee master*. É um curso voltado a baristas que desejem se tornar *masters*, ou seja, mestres na arte do café.

AINDA É POSSÍVEL AUMENTAR O CONSUMO PER CAPTA DE CAFÉ NO BRASIL?

O País ocupa o segundo lugar no ranking de consumo e é o maior exportador do planeta depois dos Estados Unidos. O Brasil voltou a trabalhar internamente com grãos de melhor qualidade, que, no passado, eram destinados à exportação. Agora, o mercado doméstico tem

“ACREDITO QUE ALGUMAS
MARCAS ERRAM
AO ACHAR QUE TÊM
A OBRIGAÇÃO DE
TROPICALIZAR OU MUDAR
QUANDO CHEGAM
AO BRASIL. O BOM
PRODUTO E A EXCELÊNCIA
SÃO RECONHECIDOS
MUNDIALMENTE”



ficado com boa parte das melhores safras e isso reposicionou o País em termos de café de alta qualidade.

EXISTEM MUITAS DIFERENÇAS ENTRE OS PÚBLICOS AMERICANO E BRASILEIRO?

Quem ensinou os americanos a tomar bons cafés foi a Starbucks. O volume de consumo está muito relacionado ao hábito. O americano toma café fora de casa desde a década de 1950, e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho impulsionou esse movimento. O consumo de café é uma coisa muito tradicional para o brasileiro e acredito que, por isso, estamos sendo tão bem-aceitos no País. É

natural que, ao oferecer uma experiência bacana, ganhamos a adesão do brasileiro.

ESSA EXPERIÊNCIA PASSA PELA TROPICALIZAÇÃO DA LOJA POR MOTIVOS CULTURAIS?

Acredito que algumas marcas erram ao achar que têm a obrigação de tropicalizar ou mudar quando chegam ao Brasil. O bom produto e a excelência são reconhecidos mundialmente. Meu desejo é que o brasileiro venha à Starbucks e não saiba diferenciar a experiência que ele teve nos Estados Unidos ou em qualquer outro país. Quando isso acontecer, terei certeza de que estamos no caminho certo. [&]

O BRASIL PRECISA DE UM CHOQUE LIBERAL

Diante da atual crise econômica, seria oportuno buscar um modelo apropriado com a globalização e aplicar o liberalismo, receita com a qual países de menor potencialidade superaram suas crises e atrasos.

LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA É EMPRESÁRIO, MÉDICO E PROFESSOR, FOI MINISTRO DA SAÚDE NO GOVERNO JOSÉ SARNEY, SECRETÁRIO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE TOCANTINS E SECRETÁRIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PALMAS (TO)



O Brasil vive um delicado momento. Não se trata apenas de crises política e econômica, o que preocupa é a crise de firmeza de decisão, de rumos para o País. O governo, a quem cabe o comando e a busca de saídas, parece baratinado, sem norte, sem perspectiva, aplicando panaceias, tratando de minúcias e de política paroquial; agora mesmo, quando prega o ajuste fiscal e cortes no orçamento e pede sacrifícios e compreensão, a presidente Dilma Rousseff eleva a verba pública dos partidos de R\$ 289,5 milhões para R\$ 867,5 milhões, com único propósito de remendar sua desastrosa relação com o Congresso e as lideranças aliadas.

Talvez fosse este o momento de firmar posições, abandonar dogmas superados e adotar o modernismo administrativo. Fundamentado em pesquisas e análises, vejo que seria oportuno buscar um modelo adequado com a globalização e aplicar o liberalismo econômico, receita com a qual países de menor potencialidade superaram suas crises e atrasos.

Basta uma simples leitura da história recente de algumas nações para compreensão do que isso representaria para o nosso País. Estudo do Banco Mundial relaciona políticas favoráveis ao mercado como maior engajamento em comércio e liberalização financeira, com níveis de crescimento mais elevados. O banco concluiu que os países tidos como “mais globalizados” tiveram no período avaliado média anual de crescimento acima de 5%, contra apenas 1,4% dos “menos globalizados”. Políticas liberais, diz o relatório, foram positivas.

Um dos comparativos, por ser mais evidente, refere-se às duas Coreias. A do Norte, com regime comunista em que o Estado é dono de tudo, a tudo e a todos comanda, é

exemplo de atrasos político e, principalmente, econômico e social, nação em que a pobreza é assustadora. Recente notícia cita até canibalismo, por causa da fome em províncias rurais. O país tem uma economia autárquica e altamente centralizada, o comércio internacional é muito restrito, a economia não tem como crescer, o PIB é constantemente negativo e o PIB per capita não chega a 2 mil dólares. Em contraposição, a Coreia do Sul, que adota o liberalismo amplo, era na década de 1950 mais pobre do que o Haiti, e hoje possui pujantes desenvolvimentos econômico, político e social, sendo o país líder entre os “tigres asiáticos”; seu PIB per capita é de 28 mil dólares (dados de 2013); possui indústria moderna e competitiva e elevada posição no comércio internacional.

Suécia e Canadá são outras duas nações que aprenderam com seus erros e se deram bem. Durante quase 30 anos, a Suécia teve uma população dependente dos serviços do Estado, crescia o emprego público e diminuía no setor privado, a política assistencialista descontrolada provocava déficit orçamentário e a inflação chegava a níveis inacreditáveis para os padrões do país, os gastos públicos atingiam 67% do PIB e os impostos aumentavam de maneira preocupante. Após adotar o sistema liberal democrata, melhorou a eficiência da economia produtiva e da arrecadação fiscal, mesmo com alíquotas tributárias menores. Em 2012, a inflação foi de 1,1%. O país beneficiou-se também de suas coesões étnica, social e cultural e do cultivo de valores tradicionais, como honestidade, frugalidade e parcimônia. O Canadá também viveu experiência socializante e a situação fiscal se deteriorou. Hoje, o país exhibe notável desempenho em prestação social à população com orça-

mentos públicos controlados e equilibrados. A partir da década de 1990, a economia decolou, havendo redução da relação dívida pública/PIB. Isso aconteceu com adoção de políticas liberais. O país passou relativamente bem pelas recessões de 2001 e de 2009. Em 2012, a inflação foi de 1,6%.

Enquanto o Brasil, com toda a sua extensão territorial, riquezas minerais e naturais, registra PIB per capita de 11 mil dólares, menor do que Chile, Argentina e Uruguai e a perspectiva de crescimento para 2015, segundo estimativa do Banco Mundial, é de 1,8%, abaixo de Panamá, Peru, Bolívia, Paraguai e até do Haiti, que tem previsão de 4%. Nossa balança comercial fechou 2014 deficitária, a dívida externa cresceu e passou da sexta para terceira posição, representando 33% do PIB (dados do FMI) e superando os US\$ 379 bilhões das reservas; a dívida pública (endividamentos interno e externo) fechou o ano passado acima dos R\$ 2,18 trilhões, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Único setor positivo na economia é o agronegócio, cujo PIB teve em 2014 expansão de 1,59% e representou 43% na receita da balança comercial.

A inflação galopa, atinge 8,13% e estoura a meta oficial enquanto o desemprego deve fechar abril em 5,6%. Sem recuperação da economia não há melhoria na oferta de empregos. A ideia que o governo passa é de combate ao desemprego adotando o empreguismo oficial, bem ao estilo socialista. Os “cabides” públicos sustentam, hoje, no total, mais de 10 milhões de pessoas, sendo que o Executivo federal contribui com mais de 1,5 milhão. A Câmara Federal pendura em sua folha 3.349 funcionários concursados; 1.573 cargos de natureza especial; 10.732 com nome de secretários parlamentares e mais

3.156 terceirizados, cujos contratos com as empresas que fornecem essa mão de obra custam mais de R\$ 14 milhões ao mês. O Senado contabiliza cerca de 3,5 mil comissionados nomeados por indicação e apadrinhamento político, mais 3,54 mil terceirizados, além de 2,9 mil concursados. Tudo isso para servir a apenas 81 “excelências”.

O governo segue com propostas equivocadas, esquece que quem gera empregos é a iniciativa privada; deveria incentivar a produção, porém, onera as empresas para custear a máquina pública, aumenta impostos e paralisa a indústria. A nossa carga tributária alcança 38% do PIB, ou seja, os cofres públicos recebem um valor que equivale a mais de um terço do que o País produz. A economia brasileira está verdadeiramente estagnada, o que gera reflexos negativos em todos os setores da vida nacional.

O governo deve investir nas pessoas, educacional e profissionalmente e estimular e dar condições para o empreendedorismo, que gera emprego e renda e reduz a informalidade, em grande parte causada por programas assistencialistas que induzem o beneficiário a não trabalhar para não perder o bônus, caso típico do Bolsa Família. Liberalismo pressupõe a liberdade de iniciativa para os desenvolvimentos individual e coletivo. Abraham Lincoln preconizou em sua *Mensagem aos Homens que Dirigem o Povo*: “Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente se fizeres por eles aquilo que eles podem e devem fazer por si próprios”. Em vez disso, o governo brasileiro se apropria de rendas e recursos que o setor privado utilizaria melhor para a inovação e o aumento da produtividade. É urgentemente necessário redefinir a influência e a ingerência do Estado na economia privada. [8]



5º PRÊMIO
FECOMERCIO
de sustentabilidade



Mais do que ideias, resultados para um mundo melhor.



Vencedora do 4º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade na categoria “Grande Empresa”, a **Rondobel** quebrou o mito de que pequenas companhias não possuem condições de explorar a floresta com responsabilidade. A empresa desenvolveu procedimentos de controle para garantir a rastreabilidade da madeira a partir de um trabalho realizado em Belém (PA) que impulsionou a economia local e rendeu títulos.

Outro exemplo a ser seguido é o **Projeto Kiteiras**, da **Danone**, que tem como objetivo inserir mulheres no mercado de trabalho em Salvador (BA) e região. Já são 300 vendedoras atuando no projeto.

**Faça como essas grandes empresas, inscreva-se e participe.
Não perca a oportunidade de ajudar a construir um mundo melhor.**



{ Para conhecer outras edições, inscrever o seu projeto e verificar o regulamento, acesse: www.fecomercio.com.br/sustentabilidade }

PRODUTIVIDADE, A SOLUÇÃO PARA A RETOMADA

Há 45 anos que o ritmo de produção permanece estagnado no Brasil. Para reverter baixos índices de crescimento, o governo terá de ir além do prometido ajuste fiscal. Especialistas apontam que mexer em gargalos estruturais, como infraestrutura, burocracia e logística, deve ser prioridade para o País reconquistar a confiança dos investidores e alcançar um novo patamar no cenário econômico mundial. A produtividade pode ser a chave para o Brasil voltar a crescer, contudo, não há sinais de que isso vá ocorrer a curto prazo.

TEXTO **FABÍOLA PEREZ**



CAPITAL HUMANO

Produtividade, a solução para a retomada

“Produtividade não é tudo, mas, a longo prazo, é quase tudo.” Cunhada em 1994, a frase do economista vencedor do Prêmio Nobel, Paul Krugman, foi utilizada à época para se referir aos desafios enfrentados pelos Estados Unidos em tempos de lento crescimento da produtividade, desde a crise do petróleo deflagrada na década de 1970. Embora Krugman fizesse referência à revolução tecnológica que ajudou a elevar a produtividade americana, aplicado ao cenário brasileiro o raciocínio explica por que agora uma guinada no ritmo de produção pode ser a chave para a retomada do crescimento econômico no País.

De acordo com a entidade americana The Conference Board, o Brasil ocupa a 81ª posição no ranking que mede o desempenho da produtividade em todo o mundo. A produtividade média do trabalhador brasileiro equivale a 18,7% do americano, o que significa dizer que demoramos cinco dias para produzir o mesmo que os americanos produzem em um dia. O fraco desempenho nacional, segundo o relatório, é reflexo da falta de investimento e da qualidade do ensino público.

A melhora no ritmo da produtividade, porém, não é um indicador a ser alcançado a curto prazo. Além do ambiente de negócios, a capacitação, a inovação e o uso de tecnologias foram elementos fundamentais para outros países conquistarem ganhos no ritmo de produção. Cingapura, Estados Unidos, China e Reino Unido estão entre as nações com ambientes mais propícios para negócios. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que enquanto no Brasil a produtividade é de US\$ 17 mil por trabalhador ao ano, nos países mais produtivos essa relação chega a US\$ 70 mil por trabalhador/ano. Outro estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que

o País cresceu muito menos do que 11 nações concorrentes entre 2002 e 2012. A taxa média de produtividade nacional cresceu 0,6% por ano no período analisado.

O que explicaria um índice tão baixo no País? Para o professor de Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), Waldery Rodrigues Júnior, fatores da conjuntura macroeconômica impedem o crescimento da produtividade brasileira. “Funcionam como sintomas do mau desempenho econômico a inflação, a taxa de câmbio, a taxa de juros (com tendência de alta) e o crescimento dos salários, que superou em muito os ganhos de produção”, explica.

Na comparação com os demais emergentes, o Brasil ainda não cumpriu um objetivo fundamental: a reforma na educação. A revolução no ensino médio foi o grande trunfo da Coreia do Sul. No Brasil, a principal aposta do governo para melhorar a educação viria dos recursos obtidos pela exploração do pré-sal; mas, do montante inicial de R\$ 6,7 bilhões, previsto pelo Ministério da Educação, as receitas somaram, por enquanto, apenas R\$ 2,9 bilhões. Na Europa, por exemplo, o trabalhador cursa o ensino médio junto com o profissionalizante. Já os países asiáticos viveram primeiro a reforma na educação para depois passarem pelo processo de industrialização. “No Brasil, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi exatamente nesse sentido, mas apenas essa iniciativa não dá conta de abastecer a indústria. Ainda temos um ensino muito generalista”, diz o gerente de pesquisa e competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

As características do parque industrial brasileiro também ajudam a explicar a baixa produtividade no País. Nos Estados Unidos, a proporção é de uma empresa menos produtiva para três com bons ganhos na produção. “Em-

PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR NO MUNDO

Argentina	US\$ 37.589
Chile	US\$ 35.864
Colômbia	US\$ 23.208
México	US\$ 35.579
Venezuela	US\$ 31.054
Peru	US\$ 24.054
Brasil	US\$ 19.764

presas pequenas que não recebem incentivos acabam prejudicando o restante da cadeia”, diz Rodrigues Júnior. “A indústria brasileira é completamente heterogênea. Temos empresas de primeiro mundo competindo com outras que têm baixo ritmo de produção”, afirma Fonseca. Na tentativa de incentivar o crescimento de empresas e de determinados setores econômicos, o governo passou a fazer uso de algumas políticas setoriais. O problema é que nem sempre elas se reverteram em benefícios para a economia. Alguns especialistas concordam que um dos pontos polêmicos dessas políticas é definir quais áreas têm prioridade para recebê-las. “Todos os países tiveram políticas setoriais. Elas não são necessárias, mas, para que funcionem, é preciso saber escolher e medir seus resultados”, acrescenta Fonseca.

Embraer, Embrapa e Petrobras são exemplos de políticas setoriais bem-sucedidas. “Essas políticas são indicadas para indústrias nascentes, com potencial de crescimento”, explica a economista da consultoria Tendências, Alessandra Ribeiro. “Impulsionar uma área que atrai investidores e possui competitividade por si só não é uma forma eficiente de conceder incentivo.” Para a economista, o equívoco das políticas de incentivo para determinados ramos na economia está no fato de o governo escolher o setor que vai receber o estímulo. Levar adiante a reforma tributária, criar políticas horizontais que beneficiem todos os setores e despoliticizar as agências reguladoras, segundo ela, seriam caminhos para incentivar a produtividade. “Proteger uma indústria madura não faz sentido, afinal, quanto mais competição, melhor para o consumidor”, defende Alessandra.

Como saber se eventuais ganhos de produtividade aumentaram o crescimento do País nos anos subsequentes? Se alguns eco-

AS DEZ ECONOMIAS MAIS PRODUTIVAS DO MUNDO E O BRASIL

- ▲ 1º Qatar
- ▲ 2º Estados Unidos
- ▲ 3º Luxemburgo
- ▲ 4º Emirados Árabes
- ▲ 5º Noruega
- ▲ 6º Cingapura
- ▲ 7º Irlanda
- ▲ 8º Bélgica
- ▲ 9º Hong Kong
- ▲ 10º Austrália
- ▼ 81º Brasil

nomistas defendem que competitividade gera produtividade automaticamente, outros questionam essa ideia. “É uma relação essencialmente ambígua”, afirma o professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRI), David Kupfer. “Competição em excesso também pode gerar desperdícios em consequência de excedentes de capacidade produtiva, exagerado *turnover* de empresas e ruptura de processos de aprendizado.” Prova de que produtividade e crescimento podem não andar juntos é que mesmo quando o Brasil apresentava um PIB acima de 3% ao ano, o ritmo de produção no País ainda era considerado baixo.

Recentemente, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, afirmou que o grande desafio nos próximos anos será a retomada do crescimento com o reequilíbrio macroeconômico. Ele também declarou que buscará implementar uma agenda de reformas microeconômicas a fim de melhorar os ambientes tributário e regulatório, impulsionar acordos comerciais e estimular exportações. O ministro defendeu ainda a adoção de um modelo de financiamento dos bancos públicos que viabilize um maior acesso a recursos para pequenas e médias empresas. Mas, por enquanto, o ambiente macroeconômico é pouco favorável ao crescimento e ao aumento da produtividade.

Segundo o estudo “Produtividade no Brasil – Desempenho e Determinantes”, do Ipea, a produtividade brasileira cresce a um ritmo baixo, lento e pouco sustentável desde o fim da década de 1970. Segundo a diretora de estudos e políticas setoriais da entidade, Fernanda de Negri, não há dúvidas de que a evolução do ritmo de produção no Brasil é um fator crucial para o crescimento econômico dos próximos anos. Nos anos 1970, houve

Fonte: The Conference Board



Foto: Rubens Chiri

“POLÍTICAS SETORIAIS SÃO INDICADAS PARA INDÚSTRIAS NASCENTES, COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO”

**ALESSANDRA RIBEIRO, ECONOMISTA
DA CONSULTORIA TENDÊNCIAS**

uma mudança de estrutura produtiva e, por isso, um ganho de produtividade. Hoje, há vários fatores que impedem um crescimento mais acelerado: escassez de mão de obra qualificada, desempenho ruim dos fornecedores e precariedade da infraestrutura de produção. As empresas brasileiras incorporam pouca tecnologia. “O processo de trabalho tem de ser aprimorado, as empresas precisam inves-

CAPITAL HUMANO

Produtividade, a solução para a retomada

tir em treinamento e iniciar um processo de mudanças tecnológicas para melhorar a produtividade”, explica o pesquisador do Ipea, Luiz Dias Bahia.

A infraestrutura logística é outro entrave. Especialistas são unânimes em dizer que o acesso aos portos brasileiros é uma das maiores barreiras à competitividade dos produtos nacionais e ao escoamento da produção agropecuária. A indústria, um dos setores que mais movimentam a economia e que mais geram empregos no País, é também uma das atividades que mais sofrem prejuízos, com baixos ganhos de produtividade. Em razão disso, alguns responsáveis pela política econômica reafirmam a necessidade de políticas de proteção à indústria nacional para defender o mercado interno da invasão de produtos importados. “Nossos produtos são caros porque a nossa indústria exporta tributos e custos de transporte”, diz Fonseca. A alternativa passa pela criação de condições para que a indústria aumente sua produtividade, com medidas como isenções de impostos e tarifas, e consiga reverter o padrão dos últimos anos. “Não há dúvidas de que existe uma dificuldade de competição com produtos internacionais; a proteção pode até ser útil se, ao mesmo tempo, ocorrer uma reestruturação de ganhos de produtividade”, diz Bahia.

Para a economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Juliana Serapio, um dos caminhos para reverter esse cenário seria a parceria com a iniciativa privada. “Para estimular de maneira eficiente a renovação tecnológica nacional, o governo deveria estabelecer uma agenda mais clara para atrair investimentos do setor privado”, afirma. “Os ajustes que o governo prevê são uma alternativa para a melhora tributária, já que os impostos atuais são incompatíveis com a re-

“TODOS OS PAÍSES TIVERAM
POLÍTICAS SETORIAIS. ELAS
NÃO NECESSÁRIAS, MAS,
PARA QUE FUNCIONEM, É
PRECISO SABER ESCOLHER E
MEDIR SEUS RESULTADOS”

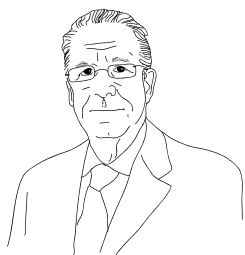
RENATO DA FONSECA,
GERENTE DE PESQUISA E
COMPETITIVIDADE DA CNI



Foto: Miguel Angelo

tomada da indústria.” O percurso, no entanto, para se igualar a outras economias emergentes ainda é longo. Apenas 20% do crescimento do Brasil ocorre em função da produtividade, enquanto em países como Coreia do Sul, China e Taiwan, a produtividade da indústria colabora com cerca de 80% para o crescimento do PIB. “No Brasil, esse crescimento é baseado em recursos naturais, enquanto nos asiáticos, é a indústria que impulsiona o desenvolvimento”, diz a economista.

Apesar de os ministros da Fazenda e do Desenvolvimento terem anunciado ajuste fiscal e parcerias com a iniciativa privada, é necessário mexer em gargalos estruturais. “Melhorar a qualidade da mão de obra e simplificar a selva burocrática no País vão ajudar a diminuir um pouco a discrepância em relação às economias mundiais”, diz Rodrigues Júnior. Para ele, o Brasil não aproveitou o momento em que poderia ter dado um grande salto. Agora, é hora de ajustar a economia e terminar a lição de casa. [8]



Muito além do ajuste fiscal

ANTONIO LANZANA

PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DE ECONOMIA DA FECOMERCIO-SP

Um dos pontos mais destacados no noticiário econômico deste ano refere-se à questão do ajuste fiscal. Considero oportuno destacar dois aspectos fundamentais do tema: **a.** o ajuste fiscal é imprescindível, mesmo com suas consequências sobre o nível de atividade a curto prazo; **b.** ao contrário do que muitos argumentam, o ajuste não será suficiente para garantir a retomada sustentável do crescimento a taxas razoáveis (entre 3% e 4% a.a).

A importância do ajuste fiscal deriva da necessidade de corrigir a desastrosa política econômica do primeiro mandato da Presidente Dilma. O permanente crescimento das despesas de custeio e o consequente aumento do déficit público nominal (6,7% em 2014) são sinais claros da irresponsabilidade fiscal desse período. A trajetória ascendente da dívida pública mostra que o endividamento do governo tornar-se-ia insustentável a médio e longo prazos. Aos que criticam o ajuste fiscal, cabe perguntar: qual é a alternativa diante desse quadro? Manter a política econômica anterior levaria inevitavelmente a perda do grau de investimento, saída de capitais do País, explosão da taxa de câmbio, aceleração inflacionária, recessão – muito maior que a esperada para este ano – e aumento expressivo do desemprego.

A crítica a ser feita é que, por uma questão de eficiência econômica, seria fundamental que o ajuste fosse concentrado na redução das despesas – de preferência, de custeio – mas não é o que está acontecendo. A estratégia envolve corte de gastos e, sobretudo, aumento de arrecadação. De qualquer forma, é importante observar que o ajuste fiscal impacta negativamente o nível de atividade a curto prazo e, conseqüentemente, o emprego. Além disso, quanto maiores forem as distorções, maior será o preço a ser pago pelas correções. O

Ministério da Fazenda estabeleceu as metas de superávit primário de 1,2% do PIB para 2015 e 2% ou mais para 2016 e próximos anos, sinalizando que, neste ano, mesmo que a meta seja alcançada, a dívida continuará em ascensão – para estabilizar a relação dívida/PIB, o superávit teria de ser de 2,2%. Além disso, pode-se perceber que há ainda um longo caminho a percorrer.

É pouco provável que a meta de 2015 seja alcançada, até porque o Congresso vai glosar parte das medidas apresentadas. Mesmo admitindo-se a hipótese de que o superávit atinja 0,8% do PIB, o resultado não será visto de forma negativa, porque inverte a tendência dos anos recentes e, certamente, evitaria o rebaixamento do *rating* do Brasil. A crise de confiança que o País enfrenta poderia ser revertida com a melhora, ainda que parcial, dos indicadores fiscais – até porque viabilizaria o início de um processo de redução das taxas de juros.

A obtenção de indicadores fiscais mais consistentes, embora seja uma condição necessária para melhorar o clima dos negócios, está longe de ser suficiente para garantir taxas de crescimento mais expressivas no País. A retomada desse crescimento sustentável passa, necessariamente, pela expansão dos investimentos e pelo aumento da produtividade da economia. O desempenho da indústria de transformação – cuja produção caiu 3,3% em 2014 – é um exemplo do que está acontecendo: à medida que o salário real médio no setor cresceu 17,4% nos últimos quatro anos, a produtividade da mão de obra ficou praticamente estagnada (1,2% no mesmo período).

O desafio, portanto, é elevar a capacidade de competição da produção nacional, tanto de bens quanto de serviços. A busca desse objetivo passa por medidas muito mais abrangentes

que as necessárias ao ajuste fiscal. É preciso partir decididamente para a realização das reformas, há tanto tempo emperradas. Nesse contexto, cabe destacar:

a. Reforma tributária, que possibilite não somente a simplificação do sistema, mas também a desoneração das exportações e dos investimentos;

b. Agilização dos programas de concessões e parcerias público-privadas, com a adoção de marcos regulatórios adequados e estáveis, taxas de retorno compatíveis com o risco da atividade (evitando a imposição da participação de estatais) e com agências reguladoras atuando de forma independente;

c. Maior integração internacional, uma vez que o País está isolado dos grandes acordos comerciais e permanece engessado no Mercosul, com um número inexpressivo de acordos bilaterais, o que tem tirado a competitividade da nossa produção e tornado restrito o acesso dos produtos brasileiros a novos mercados;

d. Reforma educacional envolvendo todas as esferas de governo, com o objetivo de elevar a qualidade do ensino em todo o País, formando mão de obra compatível com os desafios de elevação contínua da produtividade;

e. Simplificação das relações entre o Estado e o setor privado, com o objetivo de facilitar a vida empresarial, reduzindo a burocracia e, consequentemente, os custos operacionais das empresas e do investimento.

Mesmo sem esgotar todas as questões, pode-se perceber que a agenda é longa, até porque o País ficou estagnado em termos de reformas nos últimos anos. Vale destacar, por outro lado, que várias dessas reformas podem ser implementadas a curto prazo de tempo. Torná-las realidade é o desafio para complementar o ajuste fiscal. [8]

EXPORTE OS SEUS PRODUTOS COM MAIS FACILIDADE.

Adquira o seu **Certificado de Origem FecomercioSP** e expanda a sua rede de negócios no mercado internacional com mais segurança e rapidez.



*Mais informações, ligue (11) 3254-1652/1653
ou pelo e-mail certificado@fecomercio.com.br*

*Atendimento: Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – S1,
das 9h às 12h30 / 14h às 17h30.*

Senac Sesc FECOMERCIOSP

Aqui tem a força do comércio

FECOMERCIOSP

Representa muito para você.



REDISTRIBUIÇÃO UTÓPICA

Diante da necessidade de aumentar a arrecadação, setores do governo ressuscitam a proposta de taxar grandes fortunas. O debate é antigo e até mesmo os defensores da ideia reconhecem a inviabilidade de aplicá-la a curto prazo. Vários países já abandonaram o mecanismo em razão dos reflexos negativos sobre a economia, como redução do investimento, desestímulo à poupança e evasão de divisas.

TEXTO **FILIPE LOPES**



Cortar gastos e aumentar a arrecadação são as prioridades da agenda econômica do governo federal para amenizar a crise que desacelera o mercado interno. Nessa linha, o governo estuda diversas maneiras para alimentar os cofres públicos, incluindo fazer uso de dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 que nunca foram regulamentados, como o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

O debate sobre tributar fortunas não é recente. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, um grupo de parlamentares defendeu a atribuição da competência impositiva sobre as grandes riquezas à União. O então senador Fernando Henrique Cardoso apresentou, em 1989, projeto de lei que taxava patrimônios superiores a R\$ 6,8 milhões, com alíquotas que variavam entre 0,3% e 1%, de acordo com o montante. As mais recentes propostas, os projetos de nº 227/08, 534/11 e 130/12, sugerem alíquotas que variam de 0,5% a 5% incidentes sobre patrimônios superiores a R\$ 2,5 milhões ou R\$ 50 milhões, respectivamente, de empresas e pessoas físicas.

Em um cenário hipotético, no qual fortunas superiores a R\$ 1 milhão seriam taxadas, o governo poderia arrecadar aproximadamente R\$ 100 bilhões por ano – valor equivalente ao da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) –, segundo o especialista em finanças públicas e ex-secretário de Finanças na gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, Amir Khair. A ideia segue em linha com uma das propostas para redistribuição de renda defendida pelo economista francês Thomas Piketty no best-seller *O Capital no Século XXI*. Porém, segundo Piketty, a taxação sobre grandes fortunas somente seria eficaz caso todos os países adotassem a legislação e impedissem que os milionários depositassem suas riquezas em outras nações ou paraísos fiscais. Por isso, o economista trata o assunto como utopia.

“A PROPOSTA DE IGF
ESTÁ INSERIDA NO
BOJO DE UMA GRANDE
REVOLUÇÃO TRIBUTÁRIA”

LUCIANA GENRO,
DEPUTADA FEDERAL



Foto: Sayuri Kubo

Entre economistas, políticos e tributaristas brasileiros, o assunto é polêmico e divide opiniões. Às vésperas da posse dos deputados federais eleitos na disputa de 2014, o portal de notícias G1 realizou pesquisa com os 513 parlamentares e constatou que 59,8% deles apoiavam a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, indicando que o tema poderia ser discutido neste ano. Para o pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e consultor internacional em política e administração tributária, Isaiás Coelho, **um novo imposto requer tempo para ser desenhado, aprovado e implementado**, portanto, não seria boa escolha para levantar receitas adicionais a curto prazo. “Para aumentar a arrecadação, durante o ajuste, há muitas opções tributárias. O imposto sobre grandes fortunas seria uma das últimas a ser considerada. Mesmo em uma perspectiva a longo prazo, é difícil vislumbrar ganhos para o País com a introdução desse imposto”, afirma.

Para Coelho, a taxação desestimularia a oferta de emprego e resultaria em menores salários e menor retorno às poupanças, bem como em redução de aposentadorias e pensões, pois afetaria também as pequenas empresas e pessoas físicas. “Estudo feito pelos economistas Thore Johnsen e Terje Lensberg, para a Noruega, estimou os custos econômicos do imposto sobre a riqueza de investidores em empresas não cotadas em bolsa em 250% do valor arrecadado. Ou seja, para arrecadar 1 coroa norueguesa desses contribuintes, o país gasta [ou deixa de ganhar] 2,5 coroas, principalmente em investimentos que não se realizam, porque são inviabilizados pelo imposto. Não se trata das grandes empresas, já que a perda encontrada por eles para empresas cotadas em bolsa é desprezível”, afirma.

EM UM CENÁRIO HIPOTÉTICO, NO QUAL FORTUNAS SUPERIORES A R\$ 1 MILHÃO SERIAM TAXADAS, O GOVERNO PODERIA ARRECADAR APROXIMADAMENTE R\$ 100 BILHÕES POR ANO – VALOR EQUIVALENTE AO DA EXTINTA CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CPMF)



Foto: Rubens Chiri

EQUILÍBRIO DE RENDA

O principal argumento dos apoiadores da implantação do imposto sobre grandes fortunas é a possibilidade de equilibrar a distribuição de renda entre ricos e pobres. Segundo estudo divulgado em janeiro pela organização não governamental (ONG) britânica Oxfam, a partir de 2016, os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do restante da população. Os 99% restantes detêm atualmente 52% dos recursos, segundo a Oxfam – porém, 46% dessa riqueza estão nas mãos de apenas um quinto da população, sendo que a

maior parte fica, na verdade, com apenas 5,5% das finanças mundiais. No Brasil, a desigualdade também é algo que chama a atenção. Segundo dados de 2013 da Receita Federal, apenas 0,21% da população detinha 40,81% de toda a riqueza brasileira. Os 50% mais pobres possuíam apenas 2% da fortuna nacional.

O Projeto de Lei Complementar nº 277/08, de autoria dos deputados do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Luciana Genro (RS), Chico Alencar (RJ) e Ivan Valente (SP), prevê a taxação de todo patrimônio acima de R\$ 2 milhões. A alíquota variaria de 1% a 5%, conforme o tama-

“A IDEIA JÁ FOI ABANDONADA TOTALMENTE POR PAÍSES COMO ALEMANHA, ÁUSTRIA, DINAMARCA, SUÉCIA, FINLÂNDIA, TAILÂNDIA, LUXEMBURGO, ISLÂNDIA, GRÉCIA, ITÁLIA E JAPÃO”

ISAÍAS COELHO, PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS FISCAIS DA ESCOLA DE DIREITO DA FGV

nho da riqueza. Para patrimônios entre R\$ 2 milhões e R\$ 5 milhões, a taxação seria de 1%. Entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, subiria para 2%. De R\$ 10 milhões a R\$ 20 milhões, 3%. De R\$ 20 milhões a R\$ 50 milhões, 4%; chegando a 5% para fortunas superiores a R\$ 50 milhões. “Com isso, conseguiríamos arrecadar cerca de R\$ 90 bilhões por ano, valor equivalente ao orçamento federal para a Educação”, afirma Luciana Genro. Ainda segundo a deputada, para que o imposto seja revertido em benefícios para o País, os recursos precisam ser destinados a um programa de governo que reduza as desigualdades sociais, amplie direitos e fortaleça os investimentos do Estado em áreas como educação, saúde, segurança, infraestrutura e logística.

Uma vez aprovada, a proposta do PSOL precisaria de outras reformas tributárias, que Luciana chama de “grande revolução tributária”, para aliviar a carga de empresários, permitindo que continuassem crescendo e gerando emprego. “A proposta de IGF que defendo está inserida no bojo de uma grande revolução tributária, não está isolada nem é a única salvação para a arrecadação do País. Defendo um alívio na tributação sobre salário, renda e setor produtivo, além de um aumento na taxação sobre o sistema financeiro, que é parasitário e não produz. Com isso, será possível aliviar a tributação sobre o setor produtivo, fazendo com que o IGF não onere os empresários eventualmente atingidos por ele”, afirma.

SOLUÇÃO OU PREJUÍZO?

Em 2010, o presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, Ives Gandra da Silva Martins, juntamente com o economista Paulo Rabello de Castro e o membro do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, organizaram o livro *O Direito Tributário no Brasil*, publicado

**APESAR DE TER
VOLTADO À PAUTA
DO GOVERNO, O
IMPOSTO SOBRE
GRANDES FORTUNAS
AINDA É TRATADO
COMO UMA UTOPIA
IDEOLÓGICA E NEM
ECONOMISTAS,
ADVOGADOS
E POLÍTICOS –
INCLUSIVE DE
PARTIDOS DE
ESQUERDA –
ACREDITAM QUE
O IMPOSTO SEJA
IMPLEMENTADO NO
PAÍS A CURTO PRAZO**

pela editora Quartier Latin e pela Federação. Com a proposta de reunir reflexões de juristas e economistas sobre a tributação brasileira, a publicação traz, entre outros temas tributários, um debate sobre o Imposto sobre Grandes Fortunas e lista pontos desfavoráveis sobre a taxa-ção, que inviabilizariam sua adoção no Brasil.

Segundo Ives Gandra, as vantagens do tributo são duvidosas, pois **não há certeza que promoveria uma redistribuição de riquezas e desencorajaria a acumulação de fortunas**, dois pontos defendidos pelos defensores do imposto. “Vários países que adotaram a tributação terminaram por abandoná-la ou reduzi-la, pois não trouxe os benefícios esperados. A tributação não só não traz a distribuição de renda, como também diminui o investimento, desestimula a poupança e gera evasão de capitais para países em que tal imposição não exista”, afirma.

Segundo Coelho, o imposto sobre a riqueza é uma ideia que teve seu tempo e que está passando rapidamente para a história. “A ideia já foi abandonada totalmente por países como Alemanha, Áustria, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Tailândia, Luxemburgo, Islândia, Grécia, Itália e Japão. Na Índia, o novo primeiro-ministro, Narendra Modi, eliminou em 2015 o imposto sobre a riqueza em razão de seu baixo rendimento e altos custos”, afirma. Na América Latina, apenas a Colômbia e a Argentina aplicam imposto à riqueza. “O imposto colombiano, criado para financiar a guerra contra o narcotráfico, foi introduzido como medida extraordinária por tempo certo e expira em 2018”, destaca.

Para Rogério Vidal, a diferença entre o que o governo gastaria para viabilizar a taxa-ção e a fiscalização sobre as fortunas e o montante que se arrecadaria não seria viável. “Nos poucos países que ainda mantêm o imposto, ele é transitório (como é o caso da Espanha o pós-crise econômica de 2008, que o manterá até fim de 2015), mantido

“A TRIBUTAÇÃO NÃO SÓ NÃO PROMOVE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO TAMBÉM DIMINUI O INVESTIMENTO, DESESTIMULA A POUPANÇA E GERA EVASÃO DE CAPITAIS PARA PAÍSES EM QUE TAL IMPOSIÇÃO NÃO EXISTA”

IVES GANDRA MARTINS, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE DIREITO DA FECOMERCIO-SP



Foto: Emiliano Hagg

por questões ideológicas e não arrecada muito (na França) ou está presente desde o início do século 20, como acontece em países nórdicos. Contudo, o histórico do nível de retorno dos impostos que esses governos dão para a população em forma de serviços públicos não se pode comparar com a realidade brasileira”, afirma. Segundo Ives Gandra, a tributação sobre grandes fortunas ajudaria a pesar ainda mais na carga tributária nacional, que beira os 37% e puniria os geradores de empregos e o consumo dos trabalhadores.

CENÁRIO POLÍTICO

Apesar de ter voltado à pauta do governo, o Imposto sobre Grandes Fortunas ainda é tratado como uma utopia ideológica e nem economistas, advogados e políticos – inclusive de partidos de esquerda – acreditam que o imposto seja implementado no País a curto prazo. “É preciso vontade política do governo em comprar essa pauta. Não vejo que isso vá ocorrer. As insinuações de que o Governo Dilma pretenderia emplacar o Imposto sobre Grandes Fortunas me parecem mais um aceno para tentar acalmar setores do PT e da esquerda do que um compromisso efetivo com o projeto”, afirma Luciana Genro.

Para Coelho, a melhor saída para o País reagir à crise econômica é reorganizar a “casa” e cortar os gastos desnecessários. “Em vez de seguir esses caminhos tortuosos, as autoridades fariam melhor – e já começaram a fazê-lo – em tapar os buracos nas bases dos impostos existentes e reduzir as exonerações que não tenham clara justificativa econômica”, aponta. O jurista Ives Gandra também atesta que diminuir os gastos da União seria mais eficaz do que taxar grandes riquezas. “O que o País precisa é que o Estado diminua o seu tamanho. Mas, em vez de cortar na própria carne, ele quer tirar ainda mais da sociedade”, aponta. [&]

MINISTÉRIO DA CULTURA E ITAÚ APRESENTAM

A ÚLTIMA SESSÃO



LAURA
CARDOSO

NÍVEA
MARIA

ETTY
FRASER

SYLVIO
ZILBER

MIRIAM
MEHLER

SONIA
GUEDES

GÉSIO
AMADEU

YUNES
CHAMI

GABRIELA
RABELO

MARLENE
COLLÉ

TEXTO E DIREÇÃO: **ODILON WAGNER**

DE SEXTA A DOMINGO

SEXTA ÀS 21H30

SÁBADO ÀS 21H00

DOMINGO ÀS 19H00

Teatro
RAULCORTEZ



RUA DR. PLINIO BARRETO, 285
BELA VISTA - SP

FECOMERCIO**SP**

VENDAS E INFORMAÇÕES

COMPREINGRESSOS

11 **2626.5282**
compreingressos.com



PROMOÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO

st i l g r a f

maremonti
PIZZA & CUCINA



MC
HAIR DESIGN

TRANSPORTADORA OFICIAL

Avianca

REALIZAÇÃO

Itaporã
comunicação

scortez

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Classificação etária: **12**



SUA EMPRESA É ÚNICA E MERECE SOLUÇÕES EDUCACIONAIS INOVADORAS.

**CONHEÇA O ATENDIMENTO
CORPORATIVO SENAC.**

O Senac oferece mais do que Educação Corporativa. Desenvolvemos soluções educacionais alinhadas com os objetivos estratégicos de sua empresa, sempre otimizando tempo e investimento em projetos presenciais ou a distância.

www.sp.senac.br/corporativo
0800 707 1027


Senac
atendimento corporativo